

Aprovada na 1022ª sessão

ALADI/CR/Ata 1020  
24 de setembro de 2008  
Horário: 10h15m às 12h20m

### ATA DA 1020ª SESSÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

#### Ordem do Dia

1. Aprovação da Ordem do Dia.
  2. Assuntos em pauta.
  3. Consideração das atas correspondentes às 1018a. e 1019a. sessões.
  4. Projeto de Resolução de Mecanismo de Notificação de Medidas de Salvaguarda Preferenciais (ALADI/SEC/Proposta 283/Rev. 3).
  5. Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Financiamento do Comércio.
  6. Tratamento dos Projetos de Resolução pendentes a serem adotados na próxima Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros.
  7. Assuntos diversos.
    - O Secretário-Geral informa sobre gestões e missões realizadas.
-

Preside:

JUAN CARLOS OLIMA

Assistem: Juan Carlos Olima, Guillermo Daniel Raimondi, Federico Villegas, Roxana Cecilia Sánchez, Beatriz Vivas de Lezica e Mariana Edith Plaza (Argentina), Benjamín Blanco Ferri e Marcelo Janko Álvarez (Bolívia), José Humberto de Brito Cruz, Liliam Beatris Chagas de Moura, Ivana Marília Gurgel, José Gilberto Scandiucci, Eduardo Pereira e Ferreira (Brasil), Eduardo Araya Alemparte, Camilo Marcelo Navarro Ceardi e Hernán Enrique Nuñez Montenegro (Chile), Cielo González Villa (Colômbia), Mirna Martínez Ajuria (Cuba), Edmundo Vera Manzo e Ivonne Flores Espinoza (Equador), Cassio Vitale, Manuel Luiselli Fernández e Dora Rodríguez Romero (México), Emilio Lorenzo Giménez Franco, Ricardo Scavone e Hernán Rafael Cáceres Vera (Paraguai), Jorge Antonio Rosado La Torre, Ricardo B. Romero Magni e Jéssica Pásaro Caycho (Peru), Gonzalo Rodríguez Gigena e Linda Rabbaglietti (Uruguai),; Franklin Ramón González e Cecilio Crespo (Venezuela), Arnaldo Chibbaro (IICA).

Secretário-Geral: B. Hugo Saguier-Caballero.

Subsecretários: Oscar Quina Truffa e Ricardo Hartstein.

---

PRESIDENTE. Bom dia a todos, com o quorum necessário damos início à 1020ª sessão com o primeiro ponto que é a aprovação da Ordem do Dia.

1. Aprovação da Ordem do Dia

...Submete-se a consideração. Não havendo observações, aprova-se.

Passamos ao ponto 2: Assuntos em Pauta.

2. Assuntos em pauta

Tem a palavra a Secretaria-Geral para informar a esse respeito.

SECRETÁRIO-GERAL. Bom dia a todos, obrigado Presidente. A lista de assuntos consta na pasta de cada um dos Representantes e esta manhã a Representação do Equador acaba de entregar-nos uma nota referente ao “Mecanismo de Consulta *online* de assinaturas de pessoas habilitadas para emitir certificados de origem”. Posteriormente, será distribuída, como é costume, a todas as Representações.

Senhor Presidente, nos Assuntos em Pauta há duas notas da Representação Permanente da Bolívia junto à ALAD que vou ler porque se referem ao funcionamento do Comitê e dos Grupos de Trabalho. Ambas as notas estão assinadas pelo Diretor-Geral de Negociações e Integração e Acordos Comerciais, licenciado Benjamín Blanco, que está

presente nesta reunião. A primeira delas diz o seguinte: “Senhor Secretário-Geral, tenho a honra de dirigir-me a Vossa Senhora para referir-me ao trabalho que está realizando o Comitê de Representantes da ALADI. Como é de seu conhecimento a Representação da Bolívia, de acordo com o manifestado pelo Comitê, está sob a direção deste Vice-Ministério.

A esse respeito, a fim de poder planejar e garantir a presença da Bolívia, muito agradecerei ao senhor que as reuniões do Comitê de Representantes sejam programadas cada quinze dias, no âmbito do estabelecido no Artigo 15 do Regulamento do Comitê de Representantes da ALADI”. Finaliza cumprimentando a Secretaria-Geral.

A seguinte nota Senhor Presidente, Senhores Representantes, diz o seguinte: “Senhor Secretário-Geral: Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Senhoria para referir-me às atividades que estão sendo desenvolvidas pelos Subgrupos de Trabalho do Comitê e pelos Representantes da ALADI. Como é de seu conhecimento a Representação da Bolívia nos subgrupos está sob a direção deste Vice-Ministério.

A esse respeito, solicito às Representações que têm a cargo cada subgrupo, que comuniquem, pelo menos, com duas semanas de antecipação, as reuniões de trabalho previstas, permitindo, assim, à Bolívia, participar de maneira efetiva nesses subgrupos”. Finaliza, como manifestei, com o cumprimento de praxe. Senhor Presidente, estas duas matérias apresentadas à Secretaria-Geral são de competência do Comitê e, portanto, estamos distribuindo cópia das mesmas a todas as Representações para serem tratadas pelos senhores.

“1. Representação Permanente da República Bolivariana da Venezuela, No. II.2.U3.EI/REP 2745, de 17/09/2008.

Comunica término de funções do Senhor Julio Ramón Chirino Rodríguez, Adido para Assuntos Internacionais a partir de 15 de outubro de 2008.

2. Representação Permanente da Bolívia junto à ALADI. Notas REPBOL-ALADI/044 e 045/08, de 22/09/2008.

São enviados, em anexo, faxes do Vice-Ministério das Relações Econômicas e Comércio Exterior solicitando que as reuniões do Comitê de Representantes se realizem cada 15 dias, de acordo com o estabelecido no Artigo 15 do Regulamento do Comitê. Solicitam, ainda, às Representações que têm a cargo a coordenação dos Grupos de Trabalho, que as mesmas sejam convocadas com duas semanas de antecipação.

3. Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota No. 198, de 1º/09/2008.

Comentários do Brasil ao novo mecanismo de consulta on-line das assinaturas de pessoas habilitadas para emitir certificados de origem.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 2762.

4. Representação Permanente do México. Nota No. 62, de 19/09/2008.

Envia as observações e sugestões a fim de que o mecanismo que permite a consulta on-line das assinaturas autógrafas alcance seus objetivos.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 2772.

5. Representação Permanente do Peru junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota N° 7-5-Z/46, de 19/08/2008.

Comentários do Peru ao novo mecanismo de consulta on-line das assinaturas habilitadas para emitir certificados de origem.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 2763.

6. MERCOSUR. Nota SM/932/08, de 18/09/2008.

Comunica que a Decisão CMC 60/07 e seu correspondente Protocolo Adicional foram incorporados aos ordenamentos jurídicos dos Estados Partes.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 2770.

7. Representação Permanente do Uruguai junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota No. 541/08, de 12/09/2008.

Comunica a incorporação ao ordenamento jurídico do Uruguai do Acordo de Complementação Econômica No. 62.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 2767.

8. Representação da República Bolivariana da Venezuela. No. II.2.U3.E1/REP 0 2711, de 15/09/2008.

Remete comentários ao documento "Mecanismo sobre Notificação de Medidas de Salvaguarda (ALADI/SEC/Proposta 283/Rev. 3).

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 2769.

9. Convites recebidos:

Centro de Importadores do Paraguai. Nota de 19/09/2008. Convida o Secretário-Geral para participar do 69o. Aniversário do Centro de Importadores do Paraguai para dissertar no evento especial. (Assunção, data a confirmar).

Universidade da Integração das Américas. Nota de 19/09/2008. Convida o Secretário-Geral a realizar uma conferência magistral sobre "O papel da ALADI nos processos de integração" (Assunção, 2/10/2008).

Nações Unidas (UNCTAD). Nota de 10/09/2008. Convida o Secretário-Geral a participar do *Regional Workshop on Cyberlaws for ALADI countries* (Buenos Aires, 6-10/10/2008).

Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI). Nota de 03/09/2008. Convida o Foro sobre as Indicações Geográficas e as Denominações de Origem (Lisboa, 30 e 31 de outubro de 2008).

Organização Mundial do Comércio (OMC). Nota de 22/08/08. Convida o Secretário-Geral ao Curso Regional Intensivo sobre técnicas de negociação comercial para os países da América Latina (27-31/10/2008).

Organização Mundial de Aduanas (OMA). Nota 28/08/2009. Comunica a realização da 11a. Reunião do Comitê de gestão da Convenção Aduaneira relativa a contêineres (Bruxelas, 5-6/11/2008).

10. Integração do Fundo de Capital de Trabalho, criado pela Resolução 93 do Comitê de Representantes (ALADI/SEC/di 2177).

11. ALADI: perspectivas do comércio exterior para 2008: Terceira projeção anual (ALADI/SEC/di 2176).

12. Avaliação e estado atual do Acordo Regional de Cooperação e Intercâmbio de Bens nas Áreas Cultural, Educacional e Científica (ALADI/SEC/Estudo 195).”

PRESIDENTE. Muito obrigado. Consulto às Representações. Creio que este tema deve ser tratado na próxima sessão do Comitê, se estivermos de acordo com esta modalidade, para que as Representações tenham tempo de analisar as duas solicitações da distinta Representação da Bolívia.

Portanto, solicitamos à Secretaria que incorpore este tema na próxima reunião do Comitê que fixaremos para a próxima quarta-feira, como está fixado habitualmente, e já tínhamos estabelecido que para esta data tínhamos reuniões. Ali se determinará o pedido da Bolívia para o tema das reuniões do Comitê.

Passamos ao ponto 3.

3. Consideração das atas correspondentes às 1018ª e 1019ª sessões.

...Devo manifestar que esta Presidência deseja analisar essas atas de forma pormenorizada, mas a Presidência não está em condições de aprovar estas atas no dia de hoje.

Passamos ao ponto 4.

4. Projeto de Resolução de Mecanismo de Notificação de Medidas de Salva guarda Preferenciais.

Corresponde submeter à consideração a Proposta 283/Rev. 3, analisada pelo Grupo de Trabalho de Normas e Disciplinas.

A Representação do Chile, por favor, que exerce a Coordenação do Grupo.

Representação do CHILE (Camilo Navarro Ceardi). Como Coordenador do Grupo de Normas e Disciplinas, somente como se assinala aqui no enunciado, desejo comentar que este projeto chega com beneplácito das doze Representações, tomou seu tempo, mas se chegou ao consenso buscado. Por isso agradeço, neste minuto, a todas as Representações e felicitar-nos pela obtenção deste acordo. Obrigado.

PRESIDENTE. Agradeço muito à Representação do Chile. Está para consideração, tendo sido aprovado por unanimidade no Grupo de Trabalho.

Se não houver observações de alguma Representação se consideraria aprovada e a Resolução se registra com o No. 366.

“RESOLUÇÃO 336

MECANISMO SOBRE NOTIFICAÇÃO DE MEDIDAS  
DE SALVAGUARDA PREFERENCIAIS

O COMITÊ de REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA Os Artigos 35 e 38 do Tratado de Montevidéu 1980 e a Resolução 59 (XIII) do Conselho de Ministros,

CONSIDERANDO Que se faz necessário que a região conte com mecanismos ágeis de transparência ante a possibilidade de aplicação de medidas de salvaguarda preferenciais nos diferentes acordos previstos no Tratado de Montevidéu 1980;

Que é desejável que o conhecimento das medidas de salvaguarda preferenciais aplicadas no âmbito dos acordos negociados na ALADI seja posto, de forma oportuna, ao alcance de todos os países-membros; e

Que, com o objetivo de sistematizar os antecedentes e os alcances das medidas de salvaguarda preferenciais aplicadas na região, faz-se necessário contar com um banco de dados sobre as mesmas,

RESOLVE:

Aprovar o Mecanismo sobre Notificação de Medidas de Salvaguarda Preferenciais, que está em anexo e faz parte da presente Resolução.

---

ANEXO

MECANISMO SOBRE NOTIFICAÇÃO DE MEDIDAS  
DE SALVAGUARDA PREFERENCIAIS

- 1) Os países-membros que iniciarem um processo de investigação ou aplicarem uma medida de salvaguarda preferencial no contexto dos Acordos assinados no âmbito do Tratado de Montevidéu 1980 deverão notificá-lo, por escrito, à Secretaria-Geral da ALADI, sem prejuízos das notificações previstas nos acordos que correspondam. Para tais efeitos, os países, em um prazo não superior a 15 dias úteis a partir de sua adoção, deverão notificar, quando corresponder:
  - a) O início de um procedimento de investigação;
  - b) A adoção de uma medida de salvaguarda provisória;
  - c) A adoção de uma medida de salvaguarda definitiva;
  - d) A não adoção de uma medida de salvaguarda definitiva;
  - e) A modificação de uma medida de salvaguarda; e
  - f) A prorrogação de uma medida de salvaguarda já existente.

- 2) A notificação à Secretaria-Geral de qualquer uma das medidas mencionadas no ponto anterior deverá ser feita, preferentemente, nos formulários desenhados para esses efeitos, facilitando a informação neles requerida, que deverá compreender, quando assim corresponder, as seguintes especificações:
  - a) Uma descrição clara e completa do ou dos produtos objeto da medida, incluída a sua classificação tarifária, o tratamento tarifário vigente e o acordo dentro do qual é aplicado;
  - b) O país ou países de origem do ou dos produtos objeto da investigação ou aplicação da salvaguarda;
  - c) O país ou países excluídos da aplicação da medida;
  - d) Descrição da medida de salvaguarda adotada de conformidade com o acordo aplicado; e
  - e) A data de entrada em vigor da medida e a duração prevista para a mesma.
- 3) A Secretaria-Geral, dentro de 48 horas seguintes do recebimento da notificação, comunicará, por escrito, aos demais países-membros da ALADI, as medidas de salvaguarda preferenciais que lhes foram notificadas.
- 4) A Secretaria-Geral manterá um registro, onde constarão as notificações sobre as medidas de salvaguarda preferenciais adotadas ou não pelos países-membros, assim como toda modificação ou prorrogação das mesmas, e publicará um relatório anual sobre seu estado de situação. Para tais efeitos, os países-membros que não tiverem aplicado salvaguardas durante esse ano informarão o fato à Secretaria-Geral, para que essa identifique, no mencionado relatório, os países que não tiverem aplicado medidas de salvaguarda no período considerado.
- 5) A Secretaria-General incorporará na página *web* da ALADI a informação fornecida e os formulários para a notificação, de maneira que possa ser consultada publicamente.

... Passamos ao ponto 5.

#### 5. Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Financiamento do Comércio

...Tem a palavra o Senhor Coordenador do Grupo que é a Representação do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Ricardo Scavone). Obrigado, Presidente. O Grupo de Trabalho sobre Financiamento ao Comércio, coordenado pela Representação do Paraguai, realizou sua terceira reunião neste ano em 28 de agosto passado.

Nessa oportunidade foi aprovada, de forma preliminar, o documento do Foro Virtual para o Financiamento do Comércio que se pretende concretizar neste ano, com a finalidade de reunir informações que contribuam para o cumprimento dos pontos 20 e 21 da Resolução 59 (XIII) do Conselho de Ministros.

A Secretaria-Geral, através do Departamento de Promoção do Comércio e Desenvolvimento da Competitividade, elaborou uma valiosa proposta de documento base, enriquecido com contribuições das Representações. Fica pendente definir o referente aos eventuais participantes do Foro em relação a seu perfil, número por país, forma de

inscrição, entre outros aspectos, os quais deverão considerar-se na próxima reunião do Grupo.

Por outro lado, por iniciativa da Representação Argentina, o Grupo receberá na mesma oportunidade, que a proposta para 8 de outubro próximo, o Representante de uma entidade financeira desse país, que exporá sobre suas experiências quanto ao sistema de garantias recíprocas, como contribuição do tratamento deste tema na ALADI. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, submete-se a consideração o Relatório. Há alguma Representação que deseje fazer uso da palavra. Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (José Humberto de Brito Cruz). Obrigado, Presidente. Somente para agradecer o Relatório e fazer um pedido com relação à organização do Foro Virtual e isto creio que seria aplicado a todos os casos em que chegemos a utilizar esse instrumento do Foro Virtual que, além da participação dos integrantes designados para participar ativamente do Foro Virtual, a Secretaria estabeleça as medidas técnicas necessárias para permitir que as Representações Permanentes tenham acesso aqui e possam acompanhar as discussões que estão sendo levadas adiante no âmbito do Foro. Considero importante, para que as Representações estejam em condições de conhecer o avanço obtido, no âmbito deste instrumento. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado à Delegação do Brasil. Devo manifestar que me informam que este tema já está previsto. Alguma outra Representação que queira fazer uso da palavra sobre este ponto

Não havendo objeções, passamos ao ponto seguinte.

6. Tratamento dos projetos de Resolução pendentes a serem adotados na próxima Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros.

Como os senhores lembrarão na última sessão tinha ficado pendente de tratamento o tema vinculado a Serviços, onde não se tinha podido chegar a uma redação única de consenso.

Estavam apresentadas as reservas de algumas Representações, também no momento de finalizar a reunião a Representação do Peru manifestou que desejava voltar sobre o tratamento dos documentos vinculados com a Conferência de Avaliação e Convergência.

Ofereço a palavra para continuar com o tratamento destes temas. A Representação da Bolívia tem a palavra.

Representação da BOLÍVIA (Benjamín Blanco Ferri). Obrigado, Presidente. Temos uma nova observação para o tema da Resolução de Insumos para a Conferência de Avaliação e Convergência referente ao texto acordado na reunião anterior, que desejaríamos revisar.

A Bolívia necessita que o termo “espaço” de integração para o desenvolvimento seja incluído nesta Resolução, já que é um conceito que desejamos começar a trabalhar a partir da Conferência de Avaliação e Convergência e por isso desejo propor que este termo seja incluído no texto como “espaço de integração para o desenvolvimento”, obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Bolívia. A Representação do Peru tem a palavra.

Representação do PERU (José Antonio Rosado la Torre). Obrigado, Senhor Presidente, queria somente perguntar-lhe se primeiro trataremos a Resolução de Comércio de Serviços e depois as outras duas Resoluções pendentes, sobre as quais o Peru manifestará suas observações ou é indiferente falar sobre qualquer projeto de Resolução pendente.

PRESIDENTE. Na realidade, não conhecia a disposição das Delegações. Estes dois temas tinham sido debatidos na última reunião com determinada ordem. Não tenho inconveniente e os senhores decidirão a forma de fazê-lo. Se se faz de uma forma ou de outra. Primeiro uma, segundo a outra, ou ambas simultaneamente. Decide o Comitê. Que preferem fazer os senhores? Tem a palavra a Representação do Peru.

Representação do PERU (José Antonio Rosado la Torre). Senhor Presidente, para ter uma ordem no debate, sugeriria a conveniência de tratar primeiro o projeto de Resolução sobre Comércio de Serviços. Esgotado o tema começaremos a tratar os outros dois projetos de Resolução.

PRESIDENTE. De acordo. Tem a palavra a Argentina.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Obrigado, Presidente. Bom dia, desejo informar sobre o compromisso que assumimos na reunião anterior do Comitê de tentar elaborar um texto alternativo para a Resolução do Comércio de Serviços, que, lamentavelmente, a partir de consultas iniciais com algumas Delegações, chegamos à conclusão de que não havia suficiente base para chegar a um bom acordo nesse texto. Portanto, decidimos não apresentar esse texto alternativo. Obrigado, Presidente

PRESIDENTE. Obrigado, Argentina. Portanto, estamos trabalhando... Equador, perdão.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Desejaria saber a que países fez essa consulta a Argentina.

PRESIDENTE. Ofereço a palavra à Argentina.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Obrigado, Embaixador. As consultas foram com base nas posições já explicitadas por algumas Delegações do Comitê, que foram extremamente claras quanto aos aspectos que geravam dificuldades ao texto original e com outras Delegações que nesse momento não se tinham manifestado. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Argentina. Tem a palavra a Representação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Franklin González). Obrigado, Presidente. Bom dia a todos os colegas. Simplesmente queria deixar constância em atas que a Representação da República Bolivariana da Venezuela não foi consultada sobre isto que propõe a Delegação Argentina, Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Venezuela. Alguma outra Representação deseja fazer uso da palavra? Tendo o esclarecimento do Equador e da Venezuela que não tinham sido consultados e tendo esclarecido a Representação da Argentina, estamos trabalhando, então, sobre o antigo texto que tinha as reservas gerais apresentados pela Venezuela e pela Bolívia. Por conseguinte, voltamos a trabalhar sobre esse texto. Desejo saber se esse texto é aprovado, rechaçado, observado. Qual a resolução do Comitê a esse respeito.

Como estão as coisas atualmente tínhamos um texto aprovado com a reserva de dois ou três, não tenho certeza, em todo caso a Secretaria poderia informar de que Representações.

Caso não haja nenhuma outra observação sobre esse tema consideraríamos aprovado esse texto com as três reservas de caráter geral, dois, três, não sei quantas eram. Tem a palavra o Uruguai.

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena). Sim, perdão, gostaríamos de saber quais são as reservas. Somente lembro a que consta no rodapé da Resolução, que é da República Bolivariana da Venezuela..

PRESIDENTE. Correto, isso é o que consta nos papéis. De qualquer maneira creio lembrar, e estou consultando com a Representação da Bolívia, se o que lembro é correto, que sobre o final da sessão a Representação da Bolívia também apresentou a esse projeto de Resolução uma reserva de caráter geral.

Representação da BOLÍVIA (Benjamín Blanco Ferri). A Bolívia também apresentou a reserva a todo o texto e já em duas reuniões do Comitê propôs retirar este projeto de Resolução deste pacote de Resoluções e desejo esclarecer que tampouco a Bolívia foi consultada sobre este projeto pela República Argentina.

PRESIDENTE. Obrigado, a Delegação do Chile está pedindo a palavra.

Representação do CHILE (Eduardo Araya Alemparte). Obrigado, Senhor Presidente. Desejo perguntar se o que o senhor está propondo no sentido de aprovar um projeto de Resolução com as características propostas, ou seja, com três observações, considero que isso não corresponde ao que foi acordado previamente no sentido de que ao Conselho de Ministros não pode ir um projeto de Resolução com características. Ou se eleva o projeto aprovado unanimemente ou não se submete; E se não é elevado ao Conselho de Ministros deve ser igualmente elevado porque é o mandado que temos que o Comércio de Serviços faz parte dos projetos de Resolução que serão tratados no Conselho de Ministros.

PRESIDENTE. Obrigado, Chile. Desejo esclarecer que não estou propondo que se aprove nada. O que estou fazendo é lembrar em que estado estava o trâmite. Coincidiu com a descrição que acaba de fazer o Chile sobre o procedimento a seguir. Tem a palavra a Representação do Equador.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Em todo caso estaria coincidindo com as três últimas intervenções, incluída a sua. Não tem sentido aprovar este texto, levar um texto que não está aprovado à Reunião de Ministros. Se não houver acordo, se não houver consenso, este tema deveria ficar de lado. Deveria ficar excluído e fazer a Reunião de Ministros com os outros temas nos que há consenso, porque está claro que não existe consenso.

Desejo aproveitar para convidar à reflexão porque estamos atuando de maniqueísta, de tudo ou nada, de que se este tema não se aprova estamos destruindo todos os esforços anteriores e creio que não vale a pena atuar assim. Isto estaria levando à paralisação da ALADI, à paralisação da Secretaria e digamos, se olharmos para acima, que na América do Sul outros organismos estão assumindo o tema da integração. Vemos que o SELA acaba de tratar um tema de assimetrias, vemos também que vão tratar outros temas que eram teoricamente da ALADI, como o tema digital, temas do comércio e nós não tratamos esses

temas. Portanto, a ALADI está ficando sem conteúdo por não enfrentar temas que lhe corresponde e que, no passado, na ALADI tinham muito mais ingerência.

Creio que o desafio é ao invés. Incluir o setor social não significa excluir o que era específico da ALADI. Creio que há uma posição equivocada como opinião de país digo que o fato é que a ALADI seja colocada no congelador e que possa passar muitos meses ou outro ano sem que sejam tratados os temas que já tem consenso. Estou de acordo com a opinião do Chile que não tem sentido, como já expressamos, e creio que nisso há uma totalidade de critérios no sentido de levar à Reunião de Ministros um tema onde não exista total acordo.

O único acordo que há neste tema é que não estamos de acordo. Portanto, não podemos apresentá-lo e adiantar, em todo caso, a posição expressada na última sessão em que se algum tema não fosse aprovado, ficaria fora para que em um processo construtivo de um programa se trabalhe nas comissões, aprofundando e chegando a acordo. Caso se considere que há obrigação de chegar a acordos, de acordo com as posições de alguns Estados nesse tema. Não se pode obrigar a um Estado a mudar uma posição. Portanto, devemos ser construtivos. Na última reunião de Vice-Ministros de avançou muito.

Devido à importantíssima contribuição do delegado do Brasil, de extraordinária paciência e contribuição, creio que fez mais que todos nós ou que o resto dos Vice-Ministros. Então não podemos paralisar esses esforços, porque praticamente se continuamos assim, e com base na reunião de hoje que estimo é crucial, estaríamos sentenciando a não realização neste ano da Reunião de Ministros e não vejo sentido que os Grupos de Trabalho estejam funcionando se não existe um objetivo, que é a Reunião de Ministros. Os trabalhos dos Grupos seriam quase um navio à deriva, quando o trabalho dos Grupos deve estar para desenvolver o que o Conselho de Ministros apoiar ou determinar lineamentos, então se está trabalhando por trabalhar, coisas pequenas e não enfrentar os grandes temas que a América Latina e os povos de nossos países exigem de nós. Expresso, por última vez, o critério de desacordo dessa posição de tudo ou nada, da famosa posição de pacote que não tem sentido, o que já está aprovado está aprovado e o que não for aprovado ficará fora porque, se não seria uma posição totalmente irracional que estaríamos utilizando.

Com a razão aprovamos. Não podemos negar com um argumento fora disso, estaríamos debilitando a ALADI. Não creio que haja países que desejem fazê-lo, mas através dos atos estamos fazendo o contrário, inclusive a mesma mudança de data da quarta-feira para a quinta-feira é uma forma de debilitar a ALADI, por considerar que outros organismos são mais importantes que este e, portanto, sempre são utilizados os melhores tempos para outros organismos e este é um organismo de segunda categoria, há essa idéia na América Latina e do Sul. Creio que nossa responsabilidade é elevar o nível e não que a cada momento se considere de forma despectiva como um órgão de menor importância. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado à Representação do Equador. Devo manifestar ao senhor Representante que a mudança de data da quarta para a quinta-feira não tem nada a ver com desacreditar a ALADI, pelo contrário foi fundamentado e está baseado na vontade de realizar o trabalho da forma mais eficiente. Fazendo este esclarecimento que corresponde à Presidência, passo a palavra à Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (José Humberto de Brito Cruz). Obrigado, Presidente. Compartilho da preocupação do Representante do Equador quanto a evitar uma debilitação

desta Associação e neste ponto estamos todos de acordo. A questão mais difícil é saber que devemos fazer para evitar que se debilite.

Do ponto de vista de minha Delegação, uma das questões mais importantes a esse respeito é precisamente que nós aqui temos a responsabilidade de definir a agenda da Associação, que nós procuremos realizar todos os esforços possíveis para que a ALADI esteja presente e trabalhe nos temas que são fundamentais. Para a análise da integração e da avaliação de minha Delegação o tema de Serviços hoje em dia é um tema fundamental para a discussão da integração.

Se não permitíssemos que a ALADI marcasse sua posição e sua presença no tema de serviços ali sim creio que estaríamos debilitando esta Associação e entregando uma bandeira da integração nesta área fundamental que é cada vez mais importante. Estaríamos entregando esta bandeira a outras organizações que sim vão ocupar este espaço porque, por alguma razão esta Associação decidiria não entrar na consideração de um tema que todos sabemos é cada vez mais importante no horizonte dos que trabalham pela integração.

Assim que para minha Delegação o modesto projeto de Resolução que temos perante nós sobre o comércio de serviços é parte importante na preparação do Conselho de Ministros e para nós é importante reconhecer que é bastante claro, que não há consenso ainda em relação com este texto e então também creio que levando em conta o que disse o Embaixador do Chile, creio que tem toda a razão. Não se pode elevar ao Conselho de Ministros um texto sem que se chegue a um consenso claro e sólido sobre seu conteúdo. Creio que o que devemos fazer é permitir mais tempo para que continuem os trabalhos, as consultas e o trabalho para construir o consenso.

Creio que parte de nosso esforço aqui, deste Comitê é o trabalho de construção de consenso, para isso estamos aqui, para isso estão os diplomáticos, para isso realizamos reuniões. Não unicamente para escutar o que dizem os outros e que cada um apresente sua posição com algo definitivo e final, senão para entrar em um verdadeiro diálogo. O verdadeiro diálogo é uma construção de um consenso. Creio que neste caso é precisamente o que se impõe como tarefa, a construção de um consenso possível. Deve ser possível algum consenso entre as Delegações aqui sobre um tema que todos reconhecem que é fundamental no panorama atual da integração e inclusive, por exemplo, recentemente, há poucos dias, a ALADI tomou a decisão de convocar um importante seminário sobre o tema de Serviços no âmbito do Grupo sobre Novos Temas, com o acordo de todas as Delegações. Isso mostra que o tema de serviços não é um tema que possa ser tratado e no qual não se possa chegar a um consenso.

Para minha Delegação é muito importante continuar no esforço de construir este consenso como parte do esforço de assegurar que quando o Conselho de Ministros se reúna, possa fazê-lo para obter um resultado equilibrado e em nossa opinião se o Conselho de Ministros não se manifestasse sobre este tema, o resultado dificilmente seria equilibrado porque estaríamos avançando em outras áreas que, inclusive, talvez não sejam de tanto interesse para o processo de integração e não estaríamos fazendo nada em um tema que é reconhecidamente fundamental para nosso trabalho. Por conseguinte, para concluir, pensaria que a melhor conduta seria deixar o tema aberto e permitir que as Delegações, a partir do que hoje se escutou dos novos fatos que se manifestaram, realizem as consultas necessárias e continuem com o diálogo nesta busca de um consenso possível. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra a Representação do México.

Representação do MÉXICO (Cassio Manuel Vitale Luiselli). Obrigado, Presidente. Vou expressar-me de forma muito similar à Delegação do Brasil. Creio que excluir porque sim um tema é tão prejudicial para a Instituição como impô-lo. Creio que nosso trabalho é buscar os consensos, escutamos e particularmente agradeço ao Embaixador da Venezuela a explicação dada pessoalmente sobre suas reservas. Escutamos os colegas da Bolívia, creio que o espírito de consenso é entender as sensibilidades e adaptar-nos às sensibilidades que têm diferentes países sobre o tema, mas uma condena total, maximalista, serviços não, fere também sensibilidades de outros países que supomos que o tema de serviços é crucial no mundo contemporâneo. Um setor onde quase todos estivemos de acordo é turismo, é um setor econômico que cresceu muito, que continuará crescendo porque estamos cada mais comunicados globalmente e o turismo é importante como um serviço, há muitos outros.

Em síntese, digo que não pode ser excluído um tema de tal magnitude na economia moderna, contemporânea, que se entende, logicamente, as sensibilidades dos países e que deve obter, justamente, um consenso que permita refletir essas diferenças, mas que não negue totalmente, e de forma completa, um setor tão importante da economia internacional. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, México. Tem a palavra a Representação do Chile.

Representação do CHILE (Camilo Navarro Ceardi). Muito obrigado, Senhor Presidente. Primeiro tomando as palavras do Embaixador do Equador e do Brasil, o objetivo de todos os que estamos aqui é, principalmente, fortalecer a ALADI. Esse é o princípio sobre o qual se sustenta todo nosso trabalho.

Queremos marcar outro tema como um princípio de qualquer negociação e é que nada pode ser acordado enquanto não for acordado. É uma coisa de qualquer negociação quando nos sentamos à Mesa. É assim de claro, não quer dizer que porque no outro não se avança, não isso já está. Isto pode cair no último dia.

Outro tema que devemos ter claro é o contexto internacional. Atualmente o fracasso de Doha, mais que aderir a isso, deve ser a oportunidade para nós, para que a região seja capaz de mostrar acordos, de mostrar avanços e nesse sentido, e ali lembro a reunião anterior nas intervenções do Brasil e do México que para o Chile também é fundamental que para obter esse avanço, este acordo, que nele esteja o tema serviços.

Nesse sentido e tomando o manifestado há 15 dias, a Venezuela esclareceu que para ela, atualmente, como política de estado o tema de Serviços não podia estar e por isso explicava sua reserva, totalmente claramente e neste sentido a proposta ia para todos. Talvez isto possa mudar, enquanto haja esperança, essas mudanças ou essas instruções para poder-nos sentar a discutir o texto. Proporia claramente um intervalo. Não tem sentido continuar discutindo o tema se não temos instruções das Capitais. Até onde podemos dar ou não sobre esse projeto de Resolução em particular.

Está muito claro. Para a maioria dos países é fundamental que esteja o tema atual. Entendemos que para alguns é uma complicação. Esperamos até terem instruções e dizer até onde podem dar e enquanto isso não ocorra o melhor seria um intervalo. Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Chile. Agora tem a palavra Colômbia, Bolívia, Equador e Venezuela.

Representação da COLÔMBIA (Cielo González Villa). Obrigado, Senhor Presidente. Igual creio que na Colômbia quando esteve aqui nosso Vice-Ministro apresentou o tema de que as Resoluções que forem aprovadas e que tiverem consenso continuassem seu curso, seu trâmite, mas como manifestaram Brasil, Chile, México é importante para nós o tema de Serviços pelo movimento no mundo global e pelo que este tema implica também para a Colômbia. Portanto, a Delegação da Colômbia, consultada a Capital, está de acordo em fazer um intervalo para continuar discutindo este tema para que a Bolívia e a Venezuela possam discutir em suas Capitais até onde podem chegar neste tema de Serviços, na medida em que não afete suas políticas de Estado, porque entendemos as razões, porque compreendemos o que eles desejam manifestar à ALADI, mas também entendemos que a economia global implica tratar este tema de Serviços.

Creio que o fato de fazer um intervalo não vai mudar a situação da ALADI. Creio que a ALADI pode continuar trabalhando nos Grupos de Trabalho, os Representantes Alternos procuramos ultimamente avançar em temas que tinham instruções anteriores para que isso adquirisse dinamismo, para que isso saísse adiante, sem necessidade de depender do Conselho de Ministros, que está conformado para resolver estas Resoluções.

O tema de Serviços é fundamental para a integração da ALADI, bem como o tema social, como são todos os temas que estão propostos na Resolução, mas consideramos que assim como a Venezuela, como a Bolívia, têm razões de Estado para não aprovar o tema Serviços, nós também temos razões de Estado para querer que Serviços seja aprovado como está nas demais Resoluções.

Portanto, devemos continuar trabalhando para obter um consenso, para chegar a uma reunião de Ministros com todas as Resoluções consensuadas, incluindo Serviços, incluindo a Conferência de Avaliação e Convergência para, dessa maneira, resolver todos os temas que estão hoje pendentes, mas faço o esclarecimento que não por isso a ALADI perderá sua importância e não por isso na ALADI não se pode trabalhar, porque creio que temos bastante trabalho, muitas coisas para fazer e os Grupos de Trabalho podem continuar implementando os projetos e programas que nos permitirão continuar consolidando a ALADI como uma das entidades de maior formação de integração regional na América e creio que esse status deve ser dado por nós como membros da ALADI, apesar de haver, neste momento, este intervalo. Digamos isto entre aspas e no melhor sentido da palavra, não significa que a ALADI perca importância, não que dizer que a ALADI como mecanismo de integração não possa continuar fazendo seus trabalhos e não possa continuar mantendo todos seus dados, cifras de comércio que nos permitiram consolidá-los na América Latina.

Portanto, se temos que fazer um intervalo de espera, tampouco significa que a ALADI vai perder força, vai ser uma entidade de segunda. Pelo contrário, creio que isso nos permitirá fazer uma análise interna, uma reengenharia, revisar como poderemos melhorar a integração e, desta maneira, consolidar a ALADI no âmbito da América Latina como uma das primeiras Associações de integração regional, independentemente de todas as que surgiram e que estão trabalhando porque todos buscamos a mesma coisa, mas a ALADI tem uma finalidade específica que é o tema do comércio na América Latina e nós não podemos nunca sair desse processo, de maneira que esse é um convite, uma reflexão que faz a Delegação da Colômbia de uma forma muito respeitosa para poder continuar e avançar neste processo. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Colômbia, Tem a palavra a Representação da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Benjamín Blanco Ferri). Obrigado, Presidente. Nós não pensamos que fosse excluído o tema de Serviços porque sim, como expressaram algumas Delegações.

Consideramos que os países que necessitam avançar e que têm como mandado avançar no tema de serviços pode fazê-lo através de acordos de alcance parcial. Nós consideramos que da ALADI são vividas diferentes visões de desenvolvimento. Existem países que se sentem preparados para abrir seu mercado de serviços e países que não. Portanto, tratar de impor, por dizer de alguma maneira, uma Resolução sob o conceito que se aprova todo o pacote ou não se aprova nada não me parece que se dirija ao que é a integração, ou seja, para onde devemos ir.

Então fazemos novamente a proposta de que este projeto de Resolução não seja incluído neste pacote de Resoluções que serão apresentados aos Ministros. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra a Representação do Equador.

Representação do ECUADOR (Edmundo Vera Manzo). O que manifestava, esclarecendo um pouco minha intervenção é que se continue trabalhando no tema de Serviços, com a mesma idéia expressada pelo Chile, que seja uma espécie de intervalo, um período de espera, uma comissão, mas que isso pode demorar muito e não devemos permitir que esse tema condicione a convocação da Reunião de Ministros. Se está listo bem, se não também. Queremos dizer isso, e a proposta da Argentina, de manejar este tema, fazer um esforço de integração e que não pode ser feito por X circunstâncias, neste caso a Delegação do Equador deve contribuir, fazer o esforço de coordenar, de trabalhar neste tema para ver em que medida se pode chegar a um ponto de acordo entre todos na redação e adianto meu pensamento. Sou partidário que, no possível, haja um texto que reflita as posições dos países.

O próprio texto, que não se diga que este tema seja excluído, senão que nesse tema fiquem claras as posições dos países e nesse caso de países que têm uma posição em contra de determinadas áreas de serviços entrem, e há um compromisso com ele, mas que os outros aspectos, ou seja deve ser respeitado o critério de cada país, que as áreas de serviços que excluem ou não.

No caso do Equador, de acordo com a nova Constituição, que esperamos seja aprovada no próximo domingo, o setor turismo não está, não está vetado, mas outros setores sim e uma vez que seja aprovado isso, creio que devemos determinar neste organismo que áreas: as transnacionais, as empresas privadas, não poderão participar dos setores que o Estado equatoriano determine como setores estratégicos e por mais que aqui, na ALADI, se proponha o que for, se isso foi determinado na Constituição do Equador, então não poderemos negociar isso e, como disse a Venezuela, não impede que os demais países cheguem a um acordo nas outras áreas que considerem conveniente.

Mas, não é que não desejemos que seja tratado o tema de Serviços. Queremos que sejam respeitadas as políticas nacionais sobre o tema e no caso do Equador quando isto esteja fixado constitucionalmente, esse tema não poderá ser discutido aqui, enquanto não mude a constituição. É um exemplo claro que desejo dizer e se outros países, imagino a Venezuela o a Bolívia têm disposições claras a esse respeito, não podemos distorcer aqui as decisões de políticas nacionais dos Estados como não se pode distorcer o critério que tem qualquer país soberano representado aqui.

Não podemos pressionar para distorcer essa política nacional, mas sim creio que deve expressar-se, que deve ficar nos documentos e respeitar os países que desejam que o setor serviços, digamos funcione, mas não queremos que não funcione senão que respeitem os limites que impõe cada país em sua soberania e no manejo deste tema.

Minha idéia é que deve haver um texto com anexos ou com o que for, em que no anexo cada país indique as áreas que creia que esse setor de serviços não está aberto aos outros. Essa é a idéia que tenho e caso considerem conveniente estou disposto a colaborar, a assumir essa responsabilidade de buscar um esforço que contemple o pensamento de todos em um texto, mas minha idéia é que explicito o que pensa. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Equador, Venezuela, Peru, Cuba e Uruguai nessa ordem.

Representação da VENEZUELA (Franklin González). Obrigado, Presidente, desejaria começar lembrando que este tema que estivemos discutindo está na agenda da Associação, só que está precisamente nas instâncias nas quais foram priorizados os temas da ALADI e Serviços não teve essa qualidade, porque se começamos a revisar os antecedentes deste projeto de Resolução vamos encontrar que este projeto saiu do Grupo de Trabalho de Acesso e não do Grupo de Trabalho de Novos Temas, onde se esteve trabalhando com o ritmo que os países determinaram.

Se revisamos as discussões das duas reuniões dos Altos Funcionários vamos encontrar que ali em nenhum momento se priorizou este tema, mas se revisamos a Reunião de Vice-Ministros de 4 e 5 de agosto deste mesmo ano encontramos, onde diz novos temas menciona: “os chamados novos temas não foram priorizados pelos países-membros –vou lê-lo completo- não obstante no transcurso da preparação da reunião do Conselho de Ministros foi obtido um projeto de Resolução que propõe o início do tratamento de serviços, em um esquema orientado a ações de alcance parcial”.

Queria começar recordando isso, para dizer o seguinte: para a Delegação da Venezuela, como manifestei anteriormente, os Serviços são importantes para todos, como são importantes, certamente, para o Governo atual dos Estados Unidos, que estão nacionalizando muitos serviços, isso é importante.

Consideramos o turismo importante, mas também é relevante ter chegado a alguns acordos, em Regime de Origem ou esse tema não é importante? Em solução de controvérsias não é importante? Na dimensão social para nós é muito importante, certamente, o tema salvaguarda, a Conferência de Avaliação e Convergência, as forças produtivas, os PMDERs, estes não são temas importantes? Essa é uma agenda sobre a qual há consenso e pergunto-me e por que não podemos fazer um Conselho de Ministros com todos estes acordos, onde há consenso e onde não virá nenhum Ministro a receber o espetáculo da vez anterior. Por que não?

Por que deve ser *ad infinitum*, é um caminho, mas creio que não é *ad infinitum*. O caminho é, se temos consenso, estaríamos de acordo em convocar o Conselho de Ministros. Discutiremos a data e acordaremos tudo isto e continuemos trabalhando com os temas em que temos diferenças, desacordos e não encontramos. Nós, inclusive, fomos claros e vamos muito além. Devemos ir ao Conselho de Ministros com todos estes temas e com o de Serviços com a reserva apresentada. Qual é o problema?. Nós não estamos impedindo a nenhum país ou países que se desenvolvam de acordo com o que diz o Tratado de Montevideu. Além disso, desejaria que alguém nos dissesse, em particular a Venezuela, se é que estamos com nossa posição operando ou atuando em contradição com o Tratado de Montevideu, porque estamos fazendo isso é grave, não é que o Tratado de Montevideu

fale, precisamente, dos acordos de alcance parcial e qual é o problema de que o acordo seja regional em todo, mas em um particular onde não há acordo total, se possa avançar.

Então desejo ser e desejamos ser muito claros nisso. Para nós o caminho do *ad infinitum* não é o recomendável, senão avançar em todo o que podemos avançar, é tudo ou quase tudo, porque se alguém revisa o panorama inicial, quando começamos a discutir todos estes temas que estão aqui não havia consenso sobre nenhum deles. Em todos tivemos consenso, menos em um, então, para nós avançar em tudo isto seria formidável, seria uma boa mensagem da ALADI. Pensem que há diferenças, óticas diferentes, visões diferentes.

Para nós que a ALADI faça um Conselho de Ministros onde se anuncie à opinião pública que obtivemos acordos em um regime, de origem, solução de controvérsias, salvaguardas, forças produtivas, PMDERs, isso seria uma grande mensagem que daríamos da ALADI a toda a opinião pública uruguaia e à de todos nossos países. Portanto, queremos insistir em que para a delegação venezuelana todos os temas são importantes, são fundamentais, nos interessam e cremos que obtivemos acordos muito importantes que nos permitem avançar.

Desejo repetir, finalmente, o seguinte: o Tratado de Montevidéu é claro no que se refere a toda esta discussão, é possível chegar a um acordo regional quando há acordo de todos. Se não houver acordo de todos se pode acudir aos de alcance parcial e desejaria chamar a atenção nesse sentido.

Quando nós devemos decidir algumas coisas como país decidimos rapidamente. Nós acabamos de decidir com o Paraguai a liberalização de alguns produtos unilateralmente e acabamos de fazê-lo com o Uruguai, unilateralmente, também, e foi protocolizado através de ALADI no caso do Uruguai. Falta o Paraguai e isso foi feito com dois países, com outro país foi feito bilateralmente e creio que se há países que desejam avançar nos serviços bilateralmente, por que não o fazem? Qual é o problema? Não vejo nenhum inconveniente. Digo isto porque no caso da Delegação venezuelana, como disse em várias oportunidades, fizemos todos os esforços para poder avançar no que for possível e avançamos em quase tudo. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado à Delegação da Venezuela. A Delegação do Peru tem a palavra.

Representação do PERU (José Antonio Rosado La Torre). Obrigado, senhor Presidente. A Delegação do Peru considera que, e creio que é o objetivo de todos nossos países que a ALADI busca a integração regional e estimamos que os acordos parciais, Embaixador, embora sejam positivos, a multiplicação desses acordos não ajuda para esse objetivo e coadjuva mais para o fracionamento do processo de integração regional.

A solução dos projetos de Resolução que nos convocam aqui, Senhor Presidente, foi parte de um esforço regional, no qual todas as Representações estiveram de acordo em que foi na Resolução. Todos estes projetos estão enquadrados nesse esforço de criar um Espaço de Livre Comércio na região, tal é assim que puderam prosperar com base nos árduos e difíceis trabalhos, debates intensos durante os últimos dois anos, justamente estes projetos de Resolução que nos convocam hoje aqui, embora tenham sido obtidos convergências e consensos em alguns, a Delegação do Peru, particularmente, vê com profunda preocupação o fato de que algo que começou como um esforço conjunto para integrar todos os projetos de Resolução agora já não seja assim.

O Peru, particularmente, via o tema da dimensão social, como parte de um esforço regional de incluir este tema com base na compreensão de outros países sobre os temas que também interessam o Peru. Porém, vemos que agora respeitamos, obviamente, as visões e as razões, mas cremos que estas posições, Senhor Presidente, não coadjuvam ao processo regional de integração e dificultam este ânimo que existe para esse fim. Espero que estas posições possam ser modificadas e desde já o Peru apóia a iniciativa chilena de declarar um intervalo para tratar este tema de forma pormenorizada. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra a Representação de Cuba.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuría). Obrigado, Presidente. Nesta rodada gostaria brevemente de fazer uma reflexão, porque minha Delegação também está vendo com preocupação o desenvolvimento das discussões e gostaria de chamar a atenção sobre algo que já está na Mesa que é a tendência que se vê de desperdiçar o esforço de quase dois anos que estivemos fazendo para dar à Associação um mandato político superior com o qual vinha trabalhando.

Na realidade, pensamos que deveríamos começar a pensar como continuar se condenamos ao fracasso ou condenamos à estagnação o trabalho que estivemos realizando. Pensamos que todos os temas que estão hoje acima da Mesa e que constituem projetos de Resolução em boa lei são suscetíveis de serem aprovados pelo Comitê de Representantes. Vimos isto em outras oportunidades. Nenhum dos temas que legalmente necessitem, de forma imprescindível, um mandato político do Conselho de Ministros podem perfeitamente todas essas resoluções podem ser aprovadas pelo Comitê de Representantes e poderia ser um dos caminhos se se decide a não convocação para este ano ou para início do próximo Conselho de Ministros.

Não obstante gostaria de lembrar que neste processo de análise nem sempre houve um pacote de documento, houve dois projetos de Resolução os quais lembro que não resistiram a análise do conjunto dos países. Um deles foi o projeto de acesso aos mercados que, depois de árdua análise, do trabalho árduo, simplesmente saiu do pacote. Outro dos projetos foi o de restrições não-tarifárias, saiu o pacote porque não houve consenso.

Mas, além disso, gostaria de lembrar e com isto vou finalizar, que um dos mecanismos mais importantes da Associação Latino-Americana de Integração, a preferência tarifária regional, a PRT, é um acordo parcial e a ALADI continua adiante. Neste momento há um país que não assinou o Segundo e Terceiro Protocolos da Preferência Tarifária Regional e a ALADI continuou adiante com um acordo que, em seu momento, foi um dos instrumentos mais importantes e que por decisão dos países se transformou em um acordo de alcance parcial. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Cuba. Bom, temos diferentes propostas que algumas não são contraditórias e gostaria que o Comitê adotasse uma decisão.

Como proposta temos a do Chile no sentido de realizar um intervalo, uma etapa de negociação. Temos a proposta da Delegação do Equador no sentido de assumir, de alguma maneira, a responsabilidade de tratar de fazer os esforços para buscar uma redação de consenso. Temos a proposta da Delegação da Bolívia de simplesmente retirar o projeto. Deixei isto para última instância porque o debate das sessões anteriores pareceram deixar definitivamente de lado esta alternativa de retirar simplesmente o projeto de

Serviços, mas hoje está para consideração do Comitê e, com franqueza, creio que deveríamos abrir um espaço de espera, de reflexão, de consultas entre os diferentes países para tratar de obter alguma fórmula de compromisso.

De qualquer maneira, desejo registrar uma coisa manifestada pela Representação do Chile, no sentido de que fomos instruídos nas últimas sessões para concluir duas tarefas. Uma estava vinculada com a Resolução da Conferência de Avaliação e Convergência., com Insumos, Diretrizes, etc., e outro tema, precisamente, com Serviços. Francamente creio que os dois temas são uma unidade, mas isto também será resolvido pelo Comitê, com estas alternativas que deixo apresentadas para sua reflexão.

A Delegação da Colômbia está solicitando a palavra.

Representação da COLÔMBIA (Cielo González Villa). Obrigado, Senhor Presidente. Uma proposta que, assim como fizemos o trabalho da dimensão social da ALADI, que finalmente teve consenso e saiu um muito bom documento, presidido pela Delegação da Venezuela. Realizamos 5 reuniões de Alternos e chegamos a uma proposta apresentada ao Comitê, aprovada por unanimidade. Sugeriria, de forma muito respeitosa, que entre o espaço de espera proposto pelo Chile para a resolução de Serviços e para fazer as consultas necessárias e depois discutir, fosse proposto que os Alternos pudessemos trabalhar nesse espaço de espera, porque não podemos ficar sentados esperando para ver que decidimos ou que decide, senão que entre todos busquemos, com dizem na Colômbia “la comba al palo” e possamos ter uma Resolução aqui dentro de 4 ou 5 sessões mais adiante que tenha o consenso de todos os países. Creio que é uma possibilidade e um espaço onde poderia trabalhar. Essa é a proposta da Colômbia.

PRESIDENTE. Obrigado à Colômbia. Creio que isso está no mesmo espírito apresentado pelo Chile, pelo Equador, e além de ser a Reunião de Alternos ou o que for, considero que devemos criar um espaço de trabalho sobre este tema. Pergunto se estaríamos de acordo com esta filosofia. O silêncio pareceria aprovar isto. A consulta que faço é a seguinte: deseja o Comitê que se constitua um Comitê Especial a Reunião de Alternos para ver se encontramos alguma fórmula de equilíbrio na reação. Se não houver objeções, a Delegação da Venezuela deseja fazer uso da palavra.

Representação da VENEZUELA (Franklin González). Obrigado, Presidente. Já disse que “a esperança é o último que se perde”. Abriu-se um período de esperança com um projeto de Resolução ia trazer uma Delegação argentina, que foi proposta, etc. e nós não teríamos problema em continuar discutindo. Simplesmente queremos chegamos um acordo de abrir um espaço com os Alternos e como se menciona com muita frequência nas discussões que a Resolução 59 (XIII) esteja na Mesa, para ver os temas levados em conta por essa Resolução, certamente que no tocante aos Novos Temas, que estão nessa Resolução, desejo manifestar que a Delegação da Venezuela deixo em atas muito claras suas considerações. Isto é, que nós, do início, fomos transparentes sobre este tema e queremos que essa reserva ou essa nota, que deixou a Venezuela, também esteja presente nessa discussão, Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, desejo ler um parágrafo vinculado com o Relatório Final da Reunião de Vice-Ministros, de 4 e 5 e agosto que na página 3, no meio depois de falar dos projetos consensuados diz, por outro lado, acordou-se recomendar o tratamento dos projetos de Resolução sobre Diretrizes para a Conferência de Avaliação e Convergência e o referente ao Espaço de Livre Comércio – Comércio de Serviços, seja realizado no âmbito do Comitê de Representantes procurando a busca de consensos a esse nível, os mesmos constam no Anexo III.

Creio que há um erro na apreciação da Delegação da Venezuela porque o tema de serviços, sim está incorporado na Resolução 59 (XIII), deve haver, com certeza, um erro ali. Proponho que passe isto a um Comitê de Redação integrado pelos Alternos.

Consulto à Secretaria a quem corresponderia a direção desse Grupo de Alternos?

SECRETÁRIO-GERAL. Presidente, considero que os Alternos escolherão sua presidência, mas permitir-me-ia sugerir que, usando o exemplo da Colômbia, este Grupo fosse presidido por um Embaixador com conhecimento do tema e que possa chegar a acordos.

PRESIDENTE. Agradeço à Secretaria-Geral. Considero que seria bom que este grupo de redação estivesse presidido por um Chefe de Representação pelo qual abro a consulta. Isto é, a realidade é que nos encontramos aqui com uma dificuldade prática, que desejo ser absolutamente claro nisto. Há uma Representação que propõe diretamente a eliminação, há uma Representação que reitera, como eles mesmos o indicam, suas reservas apresentadas do início dos Grupos de Trabalho. Portanto, não considero que essas Representações possam presidir este Grupo. Creio que talvez, e estou sugerindo, a Delegação do Uruguai manteve nisto um relativamente perfil baixo e uma situação de equilíbrio, mas os líderes devem ir para onde as massas o conduzem, dizia o General Perón. Portanto, o senhor Embaixador pode escolher, se deseja ir à cabeça ou com a cabeça dos líderes. O senhor Embaixador pode escolher se deseja presidir ou acompanhar. Seriamente agora gostaria de escutar opiniões sobre como orientar o trabalho deste grupo de peritos.

Tem a palavra a Representação do Uruguai..

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena). Peço desculpas e vou explicar por que, Senhor Presidente. Este projeto de Resolução saiu do Grupo de Trabalho de Acesso a Mercados que coordenava precisamente eu, depois de sucessivas discussões chegamos a este Projeto de Resolução, que em seu momento tinha o apoio de praticamente todas as Delegações, com uma reserva genérica, que tinha sido expressada no Grupo, da Venezuela.

Escutei cuidadosamente todas as observações que se realizaram sobre o projeto e dos países que sentem que desejariam ficar fora de uma negociação regional, acerca do Comércio de Serviços, e realmente me surpreende muito algumas das argumentações, já que entendo que o conjunto de condicionamentos que contém a Resolução, contempla absolutamente todas as preocupações que pode ter qualquer dos países em manter sob reserva, seja constitucional ou não, setores estratégicos ou não, qualquer setor que desejem manter fora da negociação regional.

Então, pessoalmente, realmente creio que isto foi de uma muito longa negociação ou melhor, o mais flexível, o que amparava da melhor maneira possível todas as posições que podiam ter os países. Falava-se de esquemas flexíveis de liberalização dentro do respeito às políticas nacionais em matéria de regulamentação doméstica contemplando os tratamentos diferenciais, começar a definir modalidades de negociação –não concretamente setores- era atendida a posição nacional de alguns países-membros que poderiam participar do processo sobre o tratamento regional do comércio em uma primeira etapa sob a forma da cooperação, nem sequer incorporando alguns serviços.

Significa dizer que, realmente, não creio que possa coordenar um grupo que pudesse fazer uma coisa mais flexível que esta. Eu fiz o melhor esforço, creio que isto contempla absolutamente qualquer preocupação que pode ter qualquer dos países e é minha mais profunda preocupação não poder chegar a algum tipo de acordo, de consenso, vinculado a esta Resolução que, repito, deixa em liberdade de ação e de deixar bloqueado qualquer setor de serviços que um país desejasse estabelecer.

Não creio que pudesse chegar mais adiante do que se chegou com este projeto de Resolução, pelo que peço desculpas, Senhor Presidente, mas me escuso da coordenação deste grupo.

PRESIDENTE. Obrigado, Uruguai. Compreendo suas razões. A Delegação da Bolívia está solicitando a palavra.

Representação da BOLÍVIA (Benjamín Blanco Ferri). Obrigado, somente um comentário sobre o expressado pelo Uruguai. Nós não contemplamos que do espírito mesmo deste Projeto de Resolução sejam levadas em conta as necessidades de todos os países. O Projeto de Resolução vai para a liberalização do substancial dos Serviços, por exemplo, no Artigo Primeiro diz: “em conformidade com o estabelecido no Artigo Quinto do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços da OMC”. Este artigo fala sobre uma cobertura setorial substancial e que seja estabelecida a ausência ou a eliminação, no essencial, de toda discriminação entre as partes.

Então isto visa a liberalização substancial do comércio de serviços por mais que antes de mencionar flexibilidades que podem ter os países ou que no artigo terceiro se fala de que pode ser em uma primeira parte sobre a cooperação, mas o final desta Resolução é isso, que todos os países liberalizem seus serviços entre si, em detrimento, neste caso, dos países mais pequenos. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Bolívia. Tem a palavra a Representação do Chile.

Representação do CHILE (Eduardo Araya Alemparte). Presidente, desejaria fazer uma pequena contribuição no sentido de propor alguém para presidir o grupo que coordene este impasse a propósito do tema de comércio de serviços. Desejaria propor, pelas características pessoais, em termos de sua capacidade negociadora e por sua consistente formação e preparação o Embaixador do México. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Chile. Temos uma proposta concreta. O Embaixador do México está rapidamente levantando o estandarte. Tem a palavra a Representação do México.

Representação do MÉXICO (Cassio Luiselli Fernández). Não vou fazer a mesma coisa que o colega do Uruguai. Faria outra contraproposta e, em primeiro lugar, solicitaria que não perdêssemos tempo nestas coisas e nesses nomes. Creio que meu colega do Paraguai poderá fazê-lo perfeitamente bem e melhor ainda.

- Hilaridade

PRESIDENTE. O senhor Embaixador provocou hilaridade. La Representação de Cuba a ver se nos anima.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Preferiria passar a palavra ao Paraguai que, certamente responderá e reservo minha intervenção para depois. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Cuba. Todos os olhos estão dirigidos ao senhor Embaixador.

Representação do PARAGUAI (Emilio Giménez Franco). Muito obrigado, não vou dizer que estou contente com esta designação, mas poderia aceitar presidir esse grupo, com os reparos que acaba de mencionar meu colega do Uruguai. Ele diz, e é verdade, que esta Resolução é o mínimo que se pode conseguir. O consenso é muito difícil, não há condições hoje para ter um consenso sobre serviços nesta sala, mas igual podemos fazer o esforço.

PRESIDENTE. Obrigado, Paraguai. Estou ciente das dificuldades do tema. Com absoluta franqueza e como Presidente, antes que me rete o Embaixador do Equador, coisa que faz com frequência, não lendo o regulamento creio que será muito difícil obter um consenso neste termo. Creio, com franqueza, que a redação é ampla e flexível, recolhemos a preocupação que acaba de expressar a Bolívia e talvez por esse lado seja possível encontrar uma solução a esse tema e solicitaríamos ao Representante do Paraguai que, embora não com muito prazer assumo a responsabilidade.

De qualquer maneira estamos pedindo também a todas as demais Representações que colaborem com esta matéria, inclusive apresentando projetos alternativos para ver si podemos concluir o tratamento deste tema.

A Representação de Cuba tinha solicitado a palavra.

Representação de CUBA (Marielena Ruiz Capote). Obrigado, Presidente. Somente para saber se o Comitê pode pronunciar-se em relação ao tempo deste impasse. E ao infinito ou podemos prever um tempo no qual depois nos dediquemos a continuar os trabalhos da Associação como Conselho de Ministros, que fazer? Vamos dar um tempo a este impasse ou é até que seja resolvido o tema de Serviços? Obrigado.

PRESIDENTE. Creio que as perguntas da Representação de Cuba não são poucas, não é uma pergunta, são várias perguntas. Creio que isto deveria ser motivo de tratamento pelo Comitê porque é ele quem deve resolver tudo isto.

Pessoalmente, creio que a ALADI tem muitas outras tarefas que pode ir desenvolvendo, não necessariamente devemos paralisar-nos, de fato, como manifestaram algumas Representações, há uma série de temas, a própria Representação de Cuba indicou uma série de temas nos quais devia existir a aprovação por parte do Conselho de Ministros, mas nada impedia que avançássemos nesses temas.

Portanto, creio que nesses temas podemos continuar trabalhando, mas tudo isto é uma decisão de caráter coletivo. Aqui não decide ninguém pelos demais, nem uma Representação, nem três, nem cinco. Aqui é uma decisão do coletivo, do conjunto e, em consequência, para responder essa solicitação de Cuba proponho pôr este tema como um ponto específico de trabalho, para a próxima reunião do Comitê que, digamos, como trabalhamos até que a incógnita seja resolvida.

Adiante, Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Emilio Giménez Franco). Obrigado, Presidente. Não creio que o tema de serviços deva deter os outros trabalhos do Comitê ou os trabalhos preparatórios para o Conselho. Temos um grupo de Resoluções já aprovadas. Vamos fazer o esforço para que serviços seja incorporado, mas se isso não acontecer não tem por que parar, como manifestou a Venezuela em seu momento. Todo o inventário de projetos que temos para o Conselho e, principalmente um que para nós é importante, que é Diretrizes e

a isso devemos dedicar-nos agora, a tratar de chegar a consenso sobre Diretrizes, porque creio que há uma Representação que anunciou que tinha alguns comentários e deixar Serviços para esse grupo e se o grupo chega a uma conclusão boa, perfeito, caso contrário, veremos que fazemos com o Comitê, mas não creio que o tema de Serviços deva parar os trabalhos do Comitê preparatórios para o Conselho. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Paraguai. Tem a palavra o Equador.

Representação do ECUADOR (Edmundo Vera Manzo). Faço minhas as palavras do Representante do Paraguai e creio que não é necessário deixar para a próxima sessão o tratamento do tema da convocação. Aqui há um tema de serviços, mas o quanto antes tratar data do Conselho de Ministros.

Se este tema estiver resolvido, em boa hora, caso contrário nos vamos à Reunião de Ministros e penso que não é necessário tratar este tema na próxima sessão e perder uma semana mais.

PRESIDENTE. Obrigado, Equador. Tem a palavra a Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Obrigado, Presidente. Concordo com as palavras dos Embaixadores do Paraguai e do Equador. Queria definir um pouco, porque é importante para todos nós informar a nossas autoridades que vai acontecer com a ALADI, realmente, porque se por um projeto de Resolução, onde os que fazem a reserva dizem que não há problema em continuar avançando com isso, mas temos nove ou oito que já foram acordados, se os oito não podem ser vistos pelos Ministros porque há um que está, ali indeciso, se isso é *ad infinitum*, se é até obter um acordo de serviços.

Nesse cenário esta instituição estará fazendo as tarefas administrativas que deve fazer ou se dá um prazo, um tempo, para o trabalho deste grupo, ou comissão, ou como desejem denominá-lo e podemos chegar a um acordo ou não. Neste último caso seria elevado ao Conselho de Ministros, então desejo que cheguemos a um acordo nesse sentido. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Venezuela. Tem a palavra a Secretaria-Geral e depois a Colômbia.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidente. Duas coisas, Presidente. Uma sobre a última manifestação em relação à convocação do Conselho de Ministros. Desejo lembrar que estatutariamente essa convocação deve ser realizada com vinte dias de antecipação, isto é, que estamos falando primeiro de um período de consulta e depois devemos prever vinte dias prévios para poder convocá-lo, isso por um lado, Presidente.

Por outro lado, no que se refere a que a Secretaria-Geral estará a disposição deste Grupo que trabalhará sob a coordenação do Embaixador do Paraguai para dar a todos o apoio técnico que necessite. Nosso pessoal consta, de dois Subsecretários que têm elevadíssimo nível técnico e também temos outros ex subsecretários trabalhando no gabinete do Secretário-Geral e todos os peritos que também estão a sua disposição para apoiá-lo.

PRESIDENTE. Tem a palavra a delegação da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Cielo González Villa). Obrigado, Senhor Presidente. Precisamente estamos solicitando um compasso de espera para estudar o tema. Isso não significa que não continuemos trabalhando na ALADI, para onde vai a ALADI, que não tem futuro. Creio que a ALADI tem todo o futuro do mundo e aqui precisamente doze países estamos buscando consensos de integração para trabalhar de comum acordo.

Por exemplo, podemos dizer que para o tema social tivemos cinco reuniões intensas onde foi feito um árduo trabalho e onde todos propuseram e chegamos a resultados concretos. O Embaixador do Paraguai diz, talvez não cheguemos a um consenso, mas o que necessitamos e o que queremos. Quantas reuniões devemos fazer? Talvez duas ou três, devemos convocar a primeira para a próxima semana desse grupo de trabalho.

Por exemplo, a Argentina, o Brasil que foram muito discretos em fazer propostas de textos para obter consensos e todos os demais países tratemos de levar propostas para ver se podemos começar a trabalhar durante duas ou três reuniões e depois dizer ao Comitê que não chegamos a nenhum consenso e enquanto isso ficamos em suspenso.

Além do que se tinha manifestado do cronograma de atividades para poder convocar a reunião de Ministros, era o espaço da primeira quinzena de novembro, porque creio que não há mais espaços, pelas diferentes atividades e reuniões de organismos que teremos nesses dias.

Há duas reuniões do Comitê dissemos que era meio impossível convocar os Ministros na primeira quinzena de novembro. Portanto, sem ser pessimista nem nada, creio que a convocação aos ministros será para o próximo ano, porque igual não vamos a poder convocá-los para este ano,

Em duas reuniões anteriores do Comitê de Representantes dissemos que era meio impossível convocar a primeira quinzena de novembro aos Ministros, de maneira que sem ser pessimista nem nada, creio que a convocação aos Ministros será para o próximo ano, porque igual não vamos poder reuni-los este ano, mas comecemos a trabalhar, convoquemos o grupo de trabalho, levemos propostas e com base nisso poderemos informar no próximo Comitê de Representantes quantas vezes vamos reunir-nos para estudar o tema. Talvez em uma possamos resolver todos estes problemas. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Colômbia. A Representação de Cuba tem a palavra.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Obrigado, Presidente. Precisamente por isso queria que se trabalhasse no Comitê a definição, independentemente do trabalho que ainda não foi feito no qual estamos totalmente de acordo e com total disposição de trabalhar, mas sim pensar na conveniência. Lembro que em algum momento falou-se também da primeira semana de dezembro, porque sim creio que nossas capitais devem ter, havia um cronograma que ia fazer a Secretaria com o qual íamos contar para trabalhar, mas nunca foi distribuído. Entendo que o senhor, naquele momento, explicou que estávamos tentando levar todos os documentos, mas considero que seria factível começar a trabalhar com esse estado de situação de datas, mesmo quando a definição do Conselho de Ministros seja para o próximo ano.

Por que digo isto? Porque temos um cronograma que saiu do Conselho de Ministros, não do extraordinário, sobre o qual nossos Ministros estão esperando, estão à expectativa, ou seja, há um programa de trabalho que está sendo elaborado em minha capital, no qual está o Conselho de Ministros Extraordinário de acordo a esse cronograma.

Então o que estou solicitando é trabalhar na definição sobre essa reunião extraordinária, seja para este ano ou para o próximo, mas não deixar esse trabalho para a primeira sessão do Comitê de Representantes do ano próximo. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Cuba. A Delegação do Brasil está solicitando a palavra.

Delegação do BRASIL (José Humberto de Brito Cruz). Obrigado, Presidente, a nós nos satisfaz muito a disposição do Embaixador do Paraguai de assumir esta responsabilidade que sabemos que não é tão fácil, mas precisamente se trata de dar esta oportunidade de buscar um consenso sobre um tema muito importante no esforço atual de aprofundamento da integração.

Creio que quando, precisamente, vamos começar um esforço sob a coordenação do Embaixador do Paraguai, não seria o caso de pôr-nos a pensar que vai acontecer se não se chega a um consenso. Prefiro crer que sim vamos chegar a um consenso e que isso será possível e, reitero, à luz do que foi proposto por outras Delegações, para minha Delegação é muito importante que o conjunto dos resultados seja equilibrado, e para isso, do ponto de vista de minha delegação é relevante a inclusão deste texto ou de uma versão modificada sobre o tema de Serviços.

Finalmente, em relação à metodologia de nosso trabalho aqui, creio que obviamente o fato de que vamos continuar discutindo para buscar o consenso sobre o texto e serviços, de nenhuma maneira paralisa o trabalho da ALADI, os Grupos de Trabalho se estão reunindo. Há iniciativas que estão sendo desenvolvidas, esta tarde se reunirá o Grupo de Integração Física. Há convocações do Grupo de Normas e Disciplinas, de Comércio Eletrônico, de informação e estatística, etc. Assim que, de maneira alguma, poderia dizer-se que a Associação está paralisada.

Quanto a como continuar na discussão devo dizer que para minha Delegação é muito difícil entrar em uma discussão de datas e de convocatórias do Conselho de Ministros, sem ter antes concluído o trabalho substantivo, de preparação do conteúdo das decisões dos Ministros e inclusive, como assinalou o Embaixador do Paraguai, creio que seria importante passar à discussão dos outros textos. Aqui há uma preocupação em relação ao texto de Diretrizes. Hoje mesmo escutamos uma nova preocupação da Bolívia em relação ao texto de insumos, assim que estamos, me parece, um pouco longe ainda de ter concluído o trabalho sobre o conjunto de projetos e considero que é esta a tarefa no momento e para depois, quando tenhamos um conjunto de textos, pensar na data da convocação do Conselho. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Brasil.

Bom, tratando de ordenar isto, diria que sobre este ponto façamos um mini compasso de espera, um mini intervalo, até que o Grupo reúna, pelos menos, uma vez e tenhamos um diagnóstico, se parece possível ou não chegar a um consenso obter isto ou que tempo se necessita, com o qual daríamos por encerrada, depois de dar palavra à Representação do Paraguai a discussão sobre esse ponto, e voltaríamos sobre um tema apresentado pelas Representações da Bolívia e do Equador, vinculado ao projeto de Diretrizes para insumos, etc. Tem a palavra o Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Emilio Giménez Franco). Obrigado, Presidente. Creio que seria conveniente ter uma primeira reunião deste grupo na próxima semana, na terça-feira, mas creio que devemos começar a trabalhar quanto antes nesta busca de consenso que vamos fazer nesse grupo.

Neste caso gostaria de consultar à Delegação da Bolívia, que é por enquanto, a que não tem Representantes Permanentes aqui, , se poderíamos começar na próxima semana.

Representação da BOLÍVIA (Benjamín Blanco Ferri). Nós preferiríamos se possível, ter uma reunião esta tarde para poder definir quais seriam as seguintes reuniões ou quando poderíamos reunir-nos, e saber qual seria o trabalho que faríamos.

PRESIDENTE. Com franqueza, Bolívia, entendo sua vocação, mas não é possível, antecipo desde já porque, por exemplo, a Representação Argentina tem uma série de compromissos assumidos com outros cenários, entre outros a Comissão de Representantes Permanentes, etc., o Grupo de Trabalho de Integração Física que é às 15h. Então, não é possível fazê-lo hoje. Portanto, consultamos à Delegação da Bolívia se iniciamos a semana próxima os trabalhos sem sua presença o adiamos a reunião. Os senhores decidem.

Representação da BOLÍVIA (Benjamín Blanco Ferri). Nós pediríamos, então, que a reunião se realizasse na próxima quarta-feira, de tarde.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Delegação do Chile.

Representação do CHILE (Eduardo Araya Alemparte). Perdão, Senhor Presidente, caso seja na próxima semana solicitaríamos que fosse na terça-feira pela tarde e se não for possível, adia-lo para a outra semana.

PRESIDENTE. Bom aqui temos a proposta do Chile que é na terça-feira ou na outra semana subsequente. Como temos a obrigação de contemplar os pontos de vista de todas as Representações, considero que passaríamos para a semana subsequente. Pergunto à Bolívia.

¿Sim?, para a quarta-feira da semana subsequente.

Vamos fixar um calendário por favor, para que não haja dúvidas. Isto seria na quarta-feira 8 de outubro. Estamos de acordo? Ou seja, a primeira reunião sobre o Grupo que buscaria uma redação de consenso seria na quarta-feira 8 de outubro pela tarde.

Estou tratando de ajudar a ordenar as agendas de todos, porque a idéia com que vinha hoje era anunciar as reuniões que íamos ter durante o mês de outubro do Comitê de Representantes, mas nos encontramos com a nota da Representação da Bolívia que solicita que as reuniões se realizem cada quinze dias. Isto, obviamente, deve ser motivo de tratamento pelo Comitê. Portanto, seria tratado na reunião da próxima quarta-feira 1º de outubro. Haveria uma segunda reunião do Comitê na quarta-feira 8 de outubro e de tarde o Grupo de Trabalho.

Desejo comentar que na quarta-feira 15, a ALADI juntamente com outros organismos como o CELARE, etc., organizaram um seminário vinculado com a Cúpula da América Latina e o Caribe e a União Européia, que se realizará aqui, na sede da ALADI. Aqui me dizem que poderia fazer na Pinacoteca. Portanto, isso não impediria que tivéssemos sessão. Então sabemos que temos a reunião de 1º e a reunião de 8 e nela se decidirá sobre as solicitações feitas pela Bolívia.

A Representação da Venezuela está pedindo a palavra.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Para precisar algo sobre o dia 8, no seis a Delegação do Brasil poderia informar que para o dia 8 há uma convocação de um GMC. Na reunião da que participei agora, tinham falado de um GMC para o dia 8.

PRESIDENTE. Venezuela, esclareço, isto é, eu também estive obviamente nessa reunião, foi uma reunião do Grupo de Coordenadores, não do GMC, era para tratar o tema da 54/04, etc. ou seja, que nada impediria que na quarta-feira 8 realizássemos uma reunião, mas de qualquer maneira definimos a data na próxima semana, o calendário de reuniões durante o mês de outubro.

Depois do manifestado consideraríamos concluído o tema do tratamento desta questão. Tem a palavra a Representação do Peru.

Representação do PERU (Jorge Antonio Rosado La Torre). Senhor Presidente, somente para esclarecer que na agenda Internacional de 2008 que nos acabam de entregar, em novembro não aparece a Reunião de APEC no Peru, que é toda a semana de 21, nós teríamos toda essa semana muita dificultad, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Agradeço à Representação do Peru, a Secretaria está tomando nota, para incorporar temas já agendados.

Com isto concluímos o tema. Vamos distribuir um novo calendário com todos os compromissos existentes e agora voltamos, de acordo ao ordenamento feito no início sobre o projeto de Resolução vinculado com os insumos sobre o que a Representação da Bolívia também tinha algum comentário para fazer. Adiante, Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Benjamín Blanco Ferri). Como mencionávamos no início da reunião, teríamos um problema com o tema da Resolução de Insumos que tínhamos tratado na reunião anterior, sobre o termo espaço. Nós estamos propondo ou a Delegação do Equador tinha proposto o termo “Espaço de Integração para o Desenvolvimento”. Na nova versão, que foi tratada na reunião anterior, eliminava-se o termo “Espaço de Integração para o Desenvolvimento”. Na nova versão, que foi tratada na reunião anterior, eliminava-se o termo espaço e ficava, simplesmente, “Integração para o Desenvolvimento” que transcende o comercial.

Como uma alternativa, ao que é Espaço de Livre Comércio, queremos ter a oportunidade de trabalhar na Conferência de Avaliação e Convergência, neste novo conceito de “Espaço de Integração para o Desenvolvimento” onde possamos incluir os temas sociais e uma integração que vai além do simplesmente comercial. É por isso que estaríamos propondo que seja incluída novamente esta palavra “espaço” a esta frase.

PRESIDENTE. Obrigado à Representação da Bolívia.

Tem a palavra a Representação do Peru.

Representação do PERU (Jorge Antonio Rosado La Torre). Obrigado, Senhor Presidente. Conforme manifestou o Peru na sessão do Comitê de Representantes da semana passada, nossa Representação reservou-se o direito de fazer algumas observações e precisões, não somente sobre o texto de insumos do Projeto de Resolução de Insumos, mas também, Senhor Presidente, de diretrizes para a Conferência de Avaliação e Convergência.

Em relação ao Projeto de Resolução de Insumos, Senhor Presidente, o objetivo da Delegação peruana é ajustar e adequar os conteúdos destes dois projetos, ao espírito do Tratado de Montevideu 1980 e das Resoluções 59 e 60 da Décima Terceira Reunião do Conselho de Ministros.

Em reiteradas oportunidades a Delegação peruana, Senhor Presidente, deixou expressamente constância de seu interesse e importância deste projeto de Resolução de Insumos, que contou do início com o pleno apoio do Peru, que refletiu claramente nossa decidida disposição e vontade de contribuir para o consenso e alcançar aproximações, entre as diferentes visões existentes neste seio, Senhor Presidente.

Porém, meu país considera que existem alguns insumos identificados nesse projeto de Resolução que contribuirão positivamente na meta de construir uma integração para o desenvolvimento, responsabilidade que nossos países assumiram neste compromisso de pertencer à ALADI.

Neste âmbito, Senhor Presidente, minha Delegação se permite fazer observações sobre os pontos 3, 4, 5 e 6 do mencionado documento, com a finalidade de adequá-los ou de tratar de adequá-los às Resoluções 59, 60 e 61 (XIII). Obviamente, minha Delegação espera que estas precisões gerem um debate e uma adequação destes insumos identificados.

Em relação ao ponto 3 do Projeto de Resolução, Embaixador, a apresentação da proposta de incluir as MPMEs nos benefícios da integração, em opinião da Representação peruana é muito genérica e ampla. Portanto, seria necessário precisá-la e circunscrever seu universo, prevendo os mecanismos efetivos que tornariam viável a participação deste importante setor em todos nossos países.

No ponto 4 relativo à preservação e respeito das políticas nacionais de desenvolvimento, particularmente as orientadas à diversificação do aparelho produtivo, o Peru considera inconveniente a inclusão de uma menção deste tipo, devido a que existe risco de que o respeito às políticas nacionais, seja utilizada como uma justificação para opor-se ou não a aplicar os compromissos que forem acordados neste âmbito.

Nesse sentido, minha Delegação, Senhor Presidente, estima que a inclusão deste ponto não é necessário, já que está claramente subentendido a observância desta Organização em relação às decisões e políticas soberanas que adotam os Estados, pelo que sua simples inclusão seria pôr em dúvida esse princípio. Igualmente a inclusão deste insumo poderia dar lugar a reconhecimento implícito, para que alguns países possam avaliar outros, segundo seus próprios critérios.

O ponto 5, o insumo relativo à observância dos tratamentos diferenciais e a cooperação reforçada em favor dos PMDERs, o Peru considera que a inclusão do termo observância poderia dar a entender que na ALADI não se cumprem os tratamentos diferenciais acordados para os PMDERs, o qual não é o caso nem se justifica, igualmente com referência aos termos ou ao conceito de cooperação reforçada, este termo ou conceito não foi matéria de discussão nem de definição, à luz do processo de integração da ALADI, desconhecendo qual é seu real significado, alcances e efeitos. Nesse sentido, esse conceito necessitaria ser avaliado de forma pormenorizada e definido no âmbito do processo de integração da Organização.

Ponto 6, a implementação de mecanismos de avaliação periódica e de revisão de compromissos, a fim de assegurar... e continua igual, minha Delegação considera inconveniente incluir a menção "revisão de compromissos", devido a que o mesmo poderia gerar a futuro insegurança jurídica ou maus entendidos ou interpretações que não se ajustem ao espírito do texto. Consideramos que as eventuais modificações consensuadas nos compromissos a futuro, seja o resultado direto e estrito dos mesmos mecanismos de avaliação, não é necessário referir-se a revisão de compromissos, Senhor.

Essas seriam as observações e precisões que deveria fazer a Delegação peruana em relação a este Projeto de Resolução de Insumos, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado à Representação do Peru. Ofereço a palavra.

Considero que o que está claro é que ambos os projetos necessitam trabalho e permito-me sugerir ao Comitê, se vamos ter um Grupo de Trabalho para buscar consensos em uma redação, seria útil que esse Grupo de Trabalho trabalhasse sobre os dois textos. Consulto se o Comitê estaria de acordo com essa modalidade.

Se não houver oposições a esta proposta o Grupo de Trabalho, integrado por Alternos e presidido pela Representação do Paraguai, trabalharia tratando de buscar um consenso nos dois textos pendentes de aprovação. Se isto for assim consideramos concluído o tratamento destes pontos.

As Representações do Peru e do Uruguai solicitaram a palavra. Perdão. Tudo tem a ver com o ponto que acabamos de concluir, as intervenções? Então, primeiro o Uruguai com o ponto que devemos ver, depois a Venezuela e depois o Equador.

Representação do URUGUAI (Linda Rabbaglietti). Desejaríamos pedir, simplesmente, que as observações feitas pelo Peru fossem distribuídas por escrito. Era isso, nada mais. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Uruguai. Tem a palavra a Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Estamos buscando aqui a informação. Perguntava se estes seis pontos dos insumos, não lembro, da reunião de Vice-Ministros já tinham sido aprovados. Em todo caso, como vinham os outros ou está em revisão todo o Projeto. Obrigado.

PRESIDENTE. Pelo que lembro, vamos consultar com a Secretaria, quando conclua a reunião de Vice-Ministros. A instrução foi que o Comitê de Representantes trabalhasse nesses dois projetos, mas consultemos com a Secretaria. Tem a palavra o Equador.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Minha pergunta e mais que pergunta é afirmação será na mesma linha da proposta da Venezuela. Entendo que, em termos gerais, esse tema foi aprovado pela Reunião de Vice-Ministros, e a última hora o Delegado do Brasil lançou a tese política, comercial, que tem o Brasil, da famosa teoria do pacote, mas como uma questão para objetar todo, mas que em princípio neste tema não houve reparos no conteúdo e até a sessão anterior, nesse Comitê nunca se objetou o que agora o Peru faz um reparo profundo, em detalhe, de cada um dos temas que nunca tinha feito e no último segundo o Peru apresentou esse reparo que agora expressou de forma total e raciocinada e que implica um tema em que surgirão muitas duras discussões, antecipo, porque creio que aqui, o Peru, está adiantando-se à própria Reunião de Avaliação e Convergência, que é onde deveriam surgir estas especificidades.

Quando na reunião de Vice-Ministros o Equador fez a proposta, era um temário para ser discutido, e não houve reparo até o presente. Somente foi discutido o considerando, mas o temário não foi um objeto de debate e creio que o Peru se está adiantando a esse evento, no sentido de que particularizará cada uma das palavras que implicam, indubitavelmente, políticas nacionais, porque é posição do Peru, o expressado agora, que não deseja que se assinale que cada país faz sua reserva. O Peru considera que não deve constar isto. O Equador sim considera de deve constar isto.

No momento da discussão, e em todo caso estava proposto em termos gerais e não creio que seja adequado, devem ser complementadas as duas posições que apresente como tese o respeito às políticas nacionais, critério que cada dia está adquirindo mais consciência na América Latina, e essas outras posições estão na direção contrária, de que todo é um espaço não de livre mercado, mas um espaço que essa palavra abrange essa libertinagem para as imposições coloniais, ou as imposições de países hegemônicos sobre as políticas soberanas, e esse é o grande debate que se está dando na ALADI e é válido que se faça, mas devemos assinalar as posições dos interesses que estão em jogo e que não é uma questão tão simples, ou seja, que sejam eliminadas as palavras “Políticas Nacionais” e que não estamos dizendo nada. Está se dizendo muito, e chegará o momento adequado para essa discussão, mas desejo manifestar que pela primeira vez o Peru apresenta esse questionamento e nenhum outro país o tinha feito até o presente, nenhum, é uma lista de temas, mas se vão ser determinados os matizes e as palavras, já estaríamos em outra posição, em outra situação que não corresponde aqui. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, obviamente, poderiam ser ditas muitas coisas sobre a intervenção... .

A Representação da Bolívia tem a palavra.

Representação da BOLÍVIA (Benjamín Blanco Ferri). Somente para mencionar que o tema de insumos para a Conferência de Avaliação e Convergência, está muito relacionada com o outro projeto de Resolução, que são Diretrizes para a Conferência. Então o resultado que tenhamos de um projeto dependerá do resultado que esperemos do outro. Por conseguinte, desejaríamos que este grupo trabalhe com ambos os projetos de Resolução e, enquanto isso a Bolívia teria reserva em ambos, até poder determinar qual será o conteúdo do projeto de insumos. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Bolívia. Tem a palavra a Representação do Peru.

Representação do PERU (Jorge Antonio Rosado La Torre). Obrigado, Senhor Presidente, somente duas coisas.

Em primeiro lugar, também temos precisões e observações sobre o projeto de Diretrizes do Senhor Presidente.

O segundo é que justamente a proposta de Peru é gerar este debate. Creio que as expressões do Embaixador e Representante Permanente do Equador estão nessa linha. Considero que deve haver um debate sobre estes insumos, nunca houve, e é o momento de debater e precisar termos e fazer intercâmbio de pontos de vista sobre os insumos que serão submetidos à Conferência de Avaliação e Convergência. Pelo menos essa é a opinião da Delegação peruana.

No referente a que na passada sessão este tema estava aberto e continua aberto para a Delegação peruana, Senhor Presidente, não tenho recorde algum que sobre este Projeto

de Resolução e sobre as Diretrizes, conste uma aprovação expressa, pelo menos no do Peru. Portanto, estamos em condições e com direito a poder fazer nossas observações. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Peru. Tem a palavra a Representação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Obrigado, Presidente.

Creio que o que está claro, algo que sempre está na discussão de todos estes mecanismos e espaços de integração, que nada está decidido até que todo esteja decidido, então há toda uma discussão aqui, porque devemos pôr-nos de acordo, se não deveríamos revisar isto: "Relatório Final da Reunião de Vice-Ministros dos países-membros da ALADI, 4 e 5 de agosto", diz na página 3 "no referente ao estado de situação dos trabalhos desenvolvidos na Associação, os Vice-Ministros realizaram uma ampla análise e chegaram a consenso nos seguintes projetos de Resolução, que seriam aprovados no próximo Conselho de Ministros" e há uma lista, e no final desta lista diz sobre os que obtiveram consenso, "...Insumos para a Conferência de Avaliação e Convergência. Esses projetos constam do Anexo II".

Depois diz: "por outro lado, foi acordado recomendar que o tratamento dos Projetos de Resolução sobre Diretrizes para a Conferência de Avaliação e Convergência e o referido Espaço de Livre Comércio de Serviços se realiza no âmbito do Comitê de Representantes, procurando a busca de consenso a esse nível e os mesmos são incluídos no Anexo III".

Depois diz: "por outro lado, foi acordado recomendar que o tratamento dos Projetos de Resolução sobre Diretrizes para a Conferência de Avaliação e Convergência e o referente ao Espaço de Livre Comércio de Serviços é efetuada no âmbito do Comitê de Representantes procurando a busca de consenso a esse nível, e os mesmos são incluídos no Anexo III".

Se o projeto não teve consenso deve ser eliminado do Relatório Final, ou seja, este Relatório Final deve ser redefinido. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado à Representação da Venezuela.

Desejo chamar a atenção do Comitê, que aqui podemos deter-nos em duas atitudes. Uma é as formalidades, isto entrou ou não, correspondeu ou não, e devo dizer que se vamos a formalidades, neste Comitê, na Reunião de Ministros e na Reunião de Vice-Ministros não foi cumprida nenhuma formalidade. Quando digo nenhuma é nenhuma. Tanto é assim que houve documentos que não tinham sido nunca considerados nem pelo Comitê nem pelos Grupos de Trabalho, nem tinham sido distribuídos, nem tinham sido comentados informalmente e foram apresentados quando a Reunião de Ministros estava por finalizar, e isto provocou reações, como todos lembraremos.

Isso quanto ao passado, quanto à abertura ou reabertura do tema devo manifestar que a Delegação da Bolívia esteve reabrindo uma série de temas porque não pôde participar da Reunião de Vice-Ministros. Então se damos o direito a uma Representação de reabrir temas porque não pôde participar, as demais Representações têm o mesmo direito.

Portanto, como Presidente, não ficaria nas formalidades das reuniões realizadas porque, na verdade, é que além de que as formalidades sirvam para debater, não resolvem os problemas e aqui estamos tratando de resolver problemas, de tal maneira que continuaríamos com o tema, isto significa... se a Venezuela, adiante.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Obrigado, Presidente.

Estou de acordo em avançar, mas devemos tratar os temas em sua justa dimensão. Desejo lembrar que a Representação da Bolívia manifestou sua reserva em todos os temas e no Relatório. Por isso insisto em que o relatório deve ser modificado, porque este projeto de insumos, no Relatório da Secretaria diz que teve consenso.

Se não obtive consenso não tenho problema, Presidente, mas então isso deve ser modificado e colocar a reserva. Ou seja, não tenho nenhum problema em que qualquer Delegação manifeste sua reserva neste momento, mas aqui, no relatório, diz que esse projeto obteve consenso. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Presidente. Considero que a Delegação do Venezuela tem razão, que o Relatório deve ser corrigido. Solicitaram o uso da palavra a Argentina, Paraguai e Brasil, nessa ordem.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Obrigado, Presidente. Não sei se me equivoquei, mas lembro que deixamos que esse relatório fosse elaborado pela Secretaria, ou seja, decidimos não entrar a negociar o texto do Relatório, ficou como um texto de responsabilidade da Secretaria que refletiu sua opinião do que aconteceu na reunião. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Argentina. Tem a palavra o Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Emilio Giménez Franco). Obrigado Senhor. Creio que a partir do momento em que a Bolívia expressou sua reserva naquela reunião de Vice-Ministros não havia consenso para nada, porque entendo que o consenso é que não há uma opinião em contra, não se chega a votar, mas no tema que está sendo tratado não há uma opinião em contra. Isso é o consenso e nesse momento não havia consenso.

Então, na Reunião do Comitê é onde aprovamos todos aqueles textos que os Vice-Ministros, em seu momento, aprovaram, creio que incluído o tema de Insumos, mas isso não impede que qualquer de nossos países possa apresentar os comentários ou observações sobre os temas. Ou seja, considero que se permitimos que um país apresente sua posição depois da reunião, é possível que devamos permitir a outro país, também, apresentar sua posição sobre alguns temas. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Paraguai. A Delegação do Brasil tem a palavra.

Delegação do BRASIL (José Humberto de Brito Cruz). Obrigado, Presidente.

Minha Delegação compartilha da posição da Argentina no sentido de que isto foi apresentado como um Relatório Final, que diz: "Versão Preliminar". Nunca foi objeto de uma negociação, não foi aprovado pelos Vice-Ministros no final da reunião, e quando foi apresentado no Comitê, tinha-se entendido que seria considerado como um documento de Secretaria para informação, mas não teria o valor formal de um documento final.

Portanto, é verdade que o Relatório diz que estes projetos tiveram consenso, mas o Relatório não. Por conseguinte, isso, pelo menos, é o que minha Delegação lembra, e além disso desejo que lembrem que o texto de Insumos foi amplamente trabalhado por nós, neste Comitê. Depois da reunião de Vice-Ministros mudamos o texto em vários parágrafos. Portanto considero supérflua a discussão sobre esta formalidade. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Brasil. A Secretaria-Geral deseja elaborar um relatório.

SECRETÁRIO-GERAL. Presidente, efetivamente, este foi um Relatório Preliminar, nunca tratado pelo Comitê, e houve observações a este Relatório na primeira reunião do Comitê, e não apresentamos ainda uma nova versão desse Relatório Preliminar, porque creio que pensa que nunca será aprovado, mas se desejassem aprová-lo, fariamos as correções correspondentes. Isto já foi manifestado pelo Brasil na primeira reunião.

PRESIDENTE. Obrigado, Secretaria. Insisto novamente que não pareceria útil a discussão sobre as formalidades e insisto novamente em que todas as formalidades estiveram ausentes desde o Conselho de Ministros até o presente e o que estamos procurando aqui não é ganhar um debate, senão encontrar solução aos problemas.

Portanto, manifesto que o Grupo de trabalho estabeleceu a data da quarta-feira próxima para sua reunião, onde vão ser tratados os projetos vinculados com os dois aspectos, Serviços e Insumos para a Conferência de Avaliação e Convergência, com o outro documento ao qual já se referiu a Bolívia que quer discutir todo e vamos dar a oportunidade para que o faça.

Esclarecido isto e sabendo que se realizará uma reunião na próxima quarta-feira 1º, creio que o último ponto que devemos tratar é Assuntos diversos.

#### 7. Assuntos diversos

...Adiante, Secretaria.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidente. A Secretaria tem algumas questões que deseja levar ao conhecimento dos membros do Comitê.

Em primeiro lugar desejo informar que a ALADI tem um serviço, como corresponde, de auditoria externa. Neste caso com uma empresa chamada Ernst & Young, que todos devemos conhecer e que, geralmente, é contratada por períodos de cinco anos. Uma das primeiras decisões tomadas pela nova Secretaria é que os contratos sejam de três anos e não de cinco e, por outro lado, constatamos que essa empresa está fazendo auditoria na ALADI do ano 1989 e consideramos um pouco extenso o tempo para que uma única empresa esteja fazendo a auditoria externa, motivo pelo qual vamos chamar a concurso a outras empresas, para mudar a auditoria, não porque a que atualmente está trabalhando tenha alguma dificuldade, alguma diferença, mas, porém, consideramos aconselhável fazer uma alternância na auditoria externa de nossa Instituição.

Por outro lado, desejo informar que a UNASUL, que tinha deixado, em algum momento, de lado à ALADI, na semana passada nos convidaram a uma reunião, realizada pelo Grupo de Trabalho, sobre Integração Financeira, à qual assistiu o Subsecretário Quina, e entre outros temas tratados nessa reunião da UNASUL, em Buenos Aires, foi tratado, precisamente, o tema da experiência multilateral da ALADI, em relação ao sistema de pagamentos recíprocos, motivo pelo qual nossa presença estava justificada e a ALADI participou informando como funciona esse sistema, a UNASUL tem por finalidade levar esse tema em consideração, quando se fale dos temas financeiros.

Por outro lado, Presidente, aqui falou-se das atividades desenvolvidas ultimamente pelo SELA, e nós recebemos, nos últimos dias, um convite para participar de dois documentos diferentes. O primeiro se refere a uma Reunião Regional sobre Desafios da Articulação e Convergência e sobre o Tratamento de Assimetrias da Integração da América Latina, realizada em 17 de setembro, tema que está sendo tratado pela ALADI há tempo e,

por outro lado nos convidaram agora a um novo encontro no qual seria tratado o tema redes de integração digital.

Em relação ao primeiro, resolvemos enviar como representante, o Dr. Leonardo Mejía, para fazer uma exposição da situação atual dos temas da ALADI, porque são temas nossos, são temas que estão sendo tratados neste âmbito, e consideramos pertinente que assim fosse feito. Queria assinalar duas coisas, que o documento básico que hoje distribuimos a todas as Representações do tratado nesta reunião, foi preparado em Caracas pelo ex Secretário-Geral da ALADI, Dr. Rojas Penso.

Agora nos convidam a isto de Integração Digital e como os senhores sabem nós estamos já no processo de chamado a concurso para a seleção, para dedicar-nos diretamente como corresponde, como é o mandado dos doze países integrantes da ALADI, motivo pelo qual, certamente, não vamos participar deste encontro, porque é um tema que estamos tratando aqui. Eventualmente, se consideramos oportuno, enviaremos alguma informação escrita a esse respeito.

Nos documentos do SELA, estão aqui para serem distribuídos, que foi o resultado da última reunião e toda a informação que recebamos e consideremos de interesse das Delegações também serão distribuídas.

Por outro lado, desejo informar que como tinha sido anunciado, estive no Paraguai assinando um Acordo de Cooperação com uma das mais importantes Universidades privadas, a Universidade Americana e, nessa oportunidade, obtivemos um dos objetivos do pilar acadêmico que é instalar a ALADI nesse ambiente. Imediatamente depois, recebi aqui nesta mesma sede a visita do Reitor da Universidade UNIDA, uma das Universidades também mais importantes privadas, que desejam assinar um acordo. Então estarei viajando para assinar acordos com eles.

Desejo mencionar, com relação ao pilar acadêmico que temos um profundo vazio. Há acordos com algumas Universidades de alguns de nossos países e com outros não. Desejo, em relação à Secretaria-Geral, estabelecer uma rede completa, com todos os países. Já falamos com o México a esse respeito. Creio que podemos avançar. Em oportunidade da presença do doutor Mejía em Caracas, fez contatos com a Universidade Central de Caracas para estabelecer também um regime similar e também vamos fazê-lo com o Brasil, com a Argentina, países com os quais, inclusive, temos fluído intercâmbio, temos bolsistas desses países. Porém, os Acordos de Cooperação, como é o caso do Chile, inclusive, não foram assinados e queremos completar isso. Não se trata de realizar um trabalho acadêmico desde a ALADI, senão que a Academia conheça o que a ALADI está fazendo, difundir a ALADI através da Academia, esse é o propósito.

Por outro lado, Presidente, devo informar que como é costume, o Secretário-Geral foi convidado para participar da Assembléia das Nações Unidas. Não participei nesta primeira semana porque considerei, logicamente, que era a semana dos Presidentes, mas irei na próxima semana ou na outra, mais adiante, porque devemos assinar um Convênio de Cooperação com as Nações Unidas, que está esperando nossa presença ali e aproveitarei a circunstância para reunir-me com o Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, que nos convidou para uma reunião e também temos prevista uma reunião do CEMLA, em Washington, no 10 próximo.

Também devo informar, como último ponto, Presidente, que a Embaixadora do Panamá me informou que continua o grande interesse do Panamá em incorporar-se à ALADI, motivo pelo qual o Presidente Torrijos está buscando uma data em sua agenda

para convidar o Secretário-Geral para uma visita oficial a Panamá. Suponho que será para formalizar, finalmente, seu pedido de ingresso à ALADI, como membro pleno. Esses são os temas que queria informar, Presidente.

PRESIDENTE. Agradecemos à Secretaria-Geral o pormenorizado relatório. A Representação do Peru solicitou a palavra.

Representação do PERU (Jorge Antonio Rosado La Torre). Senhor Presidente, somente para esclarecer um tema. As observações do Peru são duas e desejo saber e vão ingressar as duas, tanto sobre o tema de Projeto de Resolução de Insumos como o de Diretrizes serão tratados no Grupo de Trabalho de Alternos?

PRESIDENTE. Sim.

Representação do PERU (Jorge Antonio Rosado La Torre). Obrigado. Apresentarei, então, as observações sobre o projeto de Diretrizes nesse âmbito, senhor.

PRESIDENTE. De qualquer maneira, Peru, seria útil que os senhores distribuíssem isso por escrito, como foi solicitado. De acordo?

Representação do PERU (Jorge Antonio Rosado La Torre). Sim, vamos fazê-lo, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Peru. Tem a palavra a Representação da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Cielo González Villa). Presidente, vamos discutir três Resoluções no Grupo de Trabalho presidido pelo Paraguai?

PRESIDENTE. Na realidade são duas Resoluções com três elementos: Avaliação e Convergência com os Projeto de Diretrizes e de Insumo, mas é somente uma Resolução São duas? Então vamos discutir três.

Tem a palavra a Representação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Obrigado, Presidente. Como há uma informação aqui, queria solicitar à Secretaria-Geral alguma informação sobre o Seminário denominado Quinta Cúpula Latino-Americana e do Caribe e a União Européia – Avaliação, Desafios e Proposta para ser realizado em Montevideu em 14 e 15. Aqui tenho um programa preliminar e observo que na nota da AÇADO diz que o Seminário foi organizado pelo Centro Latino-Americano para s Relações com Europa, CELARE e como apoio da ALADI.

Queria perguntar se a ALADI teve incidência nos temas que serão discutidos aqui ou não. Um pouco dependendo dessa resposta, queria propor algo, obrigado.

SECRETÁRIO-GERAL. Embaixador, o CELARE nos solicitou ser sede desse encontro. Consideramos boa a idéia porque eles assumem todos os gastos, ou seja, nós não devemos encarregar-nos de nada. Não estamos no temário, somente somos sede dessa reunião, que consideramos importante sua realização aqui, porque isso dá também visibilidade à ALADI, mas não temos influência, inclusive convites para participantes que virão de outros países. Nós não temos nada, vamos receber a lista dos participantes para distribuí-la às missões. O que sim solicitamos ao CELARE, como contrapartida, é convidar nossas Representações para poder participar desse Seminário.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Obrigado, Secretário-Geral.

PRESIDENTE. Caso não haja outro tema... perdão, tem a palavra a Representação da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Benjamin Blanco Ferri). Somente para reiterar o pedido que estávamos fazendo de que as reuniões sejam cada quinze dias. Nós temos entendido que o regulamento prevê duas ou mais reuniões por mês, mas solicitar a todas as Representações que seja levada em conta esta solicitação, já que para nós mobilizar-nos até aqui nos leva bastante tempo. Somente isso e que as reuniões dos Grupos de Trabalho possam ser programadas com 15 dias de antecedência para poder designar o pessoal que viria de nossa Capital. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Bolívia. Tem a palavra a Representação de Cuba.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Obrigado, Presidente. Sobre o Seminário mencionou a Representação da Venezuela, tenho um programa e desejaria perguntar à Secretaria se tem a informação que nos dê um pouco mais de elementos, porque recebi a pontualização da Capital, no ponto 2, no qual há uma intervenção da ALADI. Vai intervir o Subsecretário Quina. Esse ponto se refere aos avanços e tarefas pendentes no processo de Associação, América Latina, Caribe – União Européia e nesse ponto dois há uma participação. Portanto, desejaria ter uma informação mais ampla. Qual é a vinculação entre a ALADI - União Européia, ou seja, qual é a visão que apresentará a ALADI, que visão deve expor, em que se baseará. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Cuba. Submeto este tema para reflexão porque não me parece mal a solicitação de Cuba, mas desejo deixar claro que se entramos a analisar este tipo de participações, creio que devemos exigir à ALADI que em qualquer Conferência que se realize sobre qualquer tema, nós queremos escutar previamente o ponto de vista.

Está solicitando a palavra a Representação do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Emilio Giménez Franco). Muito obrigado, Presidente. Era para acompanhar suas expressões. Creio que temos uma Secretaria bastante autônoma, que até o presente, pelo menos, não tivemos aqui reclamações de nenhuma natureza pela sua atuação. Não digo por esta administração, mas sim por todas as anteriores.

Considero que devemos dar determinado nível de confiança a nossa Secretaria para que atue, porque ademais creio que tem competência para isso. Não creio que devam estar atrás da Secretaria em todas as Conferências ou Seminários para os quais seja convidada. A Secretaria, com sua capacidade técnica explicará o que faz a ALADI ou o que deve fazer a ALADI do ponto de vista técnico, sem incorporar nisto temas políticos.

PRESIDENTE. Obrigado, Paraguai. Solicita a palavra a Secretaria-Geral e depois novamente Cuba.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidente. Mais ou menos na mesma linha do Presidente e do Embaixador do Paraguai, a Secretaria não tem agenda oculta do que vai falar, obviamente, o Secretário Quina, que será o encarregado de fazer as exposições sobre a visão que temos da situação atual. A visão da Secretaria-Geral, não da ALADI, não

vai comprometer os membros, porque a visão da Secretaria é a dos membros. Nós não temos visões próprias.

O que sim nos preocupa e isso não é nenhum segredo, é que nossa relação com a União Européia é nula e temos previsto um encontro. Conversamos sobre isto quando esteve aqui o Secretário-Geral do SEGIB, que se ofereceu a fazer de ponte para que a ALADI possa ter vínculos com a União Européia, não vínculos políticos nem econômicos, precisamente, mas nos interessa muito a cooperação, principalmente financeira que nos pudesse dar a União Européia que se mostra tão generosa com outros Organismos Internacionais.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra a Representação de Cuba.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Presidente, lamento muito que se tenha mal interpretado minha pergunta. De fato os Representantes não tem em poder neste momento o documento. Eu fiz uma pergunta à Secretaria, creio que o Secretário me responde em boa medida, que tem a ver não com a participação da Secretaria, ou seja quando nos perguntaram a que respondia este Seminário, obviamente, foi a mesma resposta que deu o Secretário, que faz parte das relações da Secretaria com muitos organismos das quais algumas vezes participa e em outras simplesmente empresta sua sede.

Porém, no programa aparece um ponto no qual há uma intervenção e essa foi minha pergunta pontual de qual será sua visão, até onde, mais ou menos, vai chegar a visão da Secretaria porque se está falando de uma avaliação sobre trabalhos pendentes no processo de associação entre a União Européia e a América Latina e o Caribe. Então como participa a ALADI e na ALADI não estão todos os países de América Latina e o Caribe nem da Cúpula América Latina-União Européia, simplesmente a pergunta foi qual é o papel que espera o CELARE da ALADI dentro dessa avaliação de trabalhos que estão pendentes no processo de associação.

O Secretário explica que a Secretaria daria uma visão de como a Secretaria-Geral da ALADI vê o processo desde sua perspectiva, com o qual estou totalmente de acordo e isso será o que explicarei a minha capital. Não tem, e repito, para nada a ver com um questionamento às ações da Secretaria nem com a confiança que ademais, meu país, acima de todas coisas, deposita na Secretaria-Geral. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Cuba. Não sei se há outra Representação que queira fazer uso da palavra.

Assim sendo e tendo esgotado o temário encerramos a sessão até a próxima quarta-feira às 9h45m. Obrigado.